



Estratégia

CONCURSOS

Aula 06

Português p/ ABIN - Com Videoaulas

Professor: Fabiano Sales

AULA 06

Olá, alunos guerreiros!

Esta é a aula 06 de nosso curso, ou seja, estamos nos aproximando do término de nossa preparação para o concurso da Agência Brasileira de Inteligência e, consequentemente, ficando mais próximos da **CLASSIFICAÇÃO!**

No encontro de hoje, apresentarei os seguintes temas: sintaxe de regência e emprego do acento grave indicativo de crase.

Para melhor orientá-los em seus estudos, apresento o sumário abaixo a vocês:

SUMÁRIO

01. Sintaxe de regência.....	02
02. Regência Nominal	02
03. Substantivos e suas Regências	03
04. Adjetivos e suas Regências	04
05. Regência Verbal	05
06. Principais Regências	05
07. Questões Comentadas.....	18
08. Emprego do Acento Grave	26
09. Regras básicas	26
10. Casos Proibidos	29
11. Casos Especiais.....	30
12. Acento Grave antes de Pronomes Possessivos Femininos	32
13. Acento Grave antes de Nomes Próprios Femininos.....	33
14. Acento Grave em Nomes de Lugar Femininos	33
15. Acento Grave em Locuções	34
16. Questões Comentadas.....	36
17. Lista das Questões Comentadas na Aula	48

"No que diz respeito ao desempenho, ao compromisso, ao esforço, à dedicação, não existe meio termo. Ou você faz uma coisa bem feita ou não faz." (Ayrton Senna)

SINTAXE DE REGÊNCIA

O intuito desta aula é orientá-los quanto à tendência do CESPE/UnB, banca que provavelmente elaborará a prova da **ABIN**, no que se refere à regência e ao emprego do acento grave indicativo de crase.

Começaremos nosso encontro com o tema **sintaxe de regência**. Essa expressão significa, simplesmente, “**uso ou não de preposição**”, isto é, “**estudo dos elementos regentes e dos elementos regidos**”.

Chamamos de **regentes** aos termos que pedem complemento e de **regidos** aos que complementam o sentido dos primeiros.

Termo regente	Termo regido
Estas explicações são úteis	<u>aos candidatos.</u>
O atirador visou	<u>ao alvo.</u>

Dessa forma, a sintaxe de regência visa ao estudo das relações de **dependência** entre os componentes da oração. Apresentarei a vocês casos em que *substantivos*, *adjetivos* ou *advérbios* exigem determinadas preposições (a, de, com ...), ao que chamamos de **regência nominal**; e, de outro lado, situações em que o verbo exige o emprego de determinadas preposições, denominados **regência verbal**.

REGÊNCIA NOMINAL

É a relação entre um termo transitivo (**substantivo**, **adjetivo** ou **advérbio**) e seu complemento. Essa relação é intermediada por uma **preposição**.

Exemplos:

- (1) Estas explicações são **úteis** **aos candidatos.** (úteis “a”)
regenteregido

Em (1), o adjetivo “úteis” é o termo regente, o qual exige a preposição “a”, ao passo que “aos candidatos” é o termo regido.

- (2) O menino tinha **medo** **de fantasmas.** (medo “de”)
regenteregido

Em (2), o substantivo “medo” é o termo regente, o qual exige a preposição “de”, ao passo que “de fantasmas” é o termo regido.

- (3) Ele agiu **contrariamente** **à sua vontade.** (contrariamente “a”)
regenteregido

Em (3), o advérbio “contrariamente” é o termo regente, exigindo o emprego da preposição “a”, e “à sua vontade” é o termo regido.

Fiquem atentos ao seguinte: em orações subordinadas adjetivas (aquelas iniciadas por pronome relativo), sempre que o nome (*substantivo*, *adjetivo* ou *advérbio*) exigir o emprego de uma preposição, esta deverá ser anteposta ao relativo. Esse é o mecanismo.

Exemplo:

O caminho a que você tem acesso é mais curto.

Em “O caminho, a que você tem acesso, é mais curto.”, temos uma oração subordinada adjetiva restritiva. Neste trecho, o substantivo “acesso” rege o emprego da preposição “a”, a qual deverá ser anteposta ao pronome relativo “que”.

Abaixo, apresento uma relação de nomes e suas respectivas regências, visto que seu emprego recorrente em concursos públicos, especialmente os organizados pelo CESPE/UnB:

Substantivos e suas regências	Substantivos e suas regências
<i>acesso a</i> <i>admiração a, de, por, perante</i> <i>afeição a, por</i> <i>alusão a</i> <i>atenção a, para</i> <i>atentado a, contra</i> <i>aversão a, por, em</i> <i>busca por</i> <i>capacidade de, para, em</i> <i>controle sobre</i> <i>culto a</i> <i>desrespeito a</i> <i>devoção a, com, para com, por</i> <i>dificuldade com, de, em</i> <i>dúvida acerca de, de, em, sobre</i> <i>formação de, em</i>	<i>habilidade de, em, para</i> <i>influência de, para</i> <i>ímpeto com</i> <i>invasão de</i> <i>liberdade a, para, de</i> <i>manutenção de, em</i> <i>medo de</i> <i>necessidade de</i> <i>obediência a, de, para com</i> <i>ódio a, contra</i> <i>ojeriza a, contra, por</i> <i>preferência a, por</i> <i>produto de</i> <i>reação a</i> <i>respeito a, com, de, para com, por</i> <i>simpatia por</i> <i>zelo por</i>

Exemplos:

Eu tenho **aversão** ao escuro. (aversão “a”)
regente regido

O mau cidadão mostra **desrespeito** às leis. (desrespeito “a”)
regente regido

Adjetivos e suas regências	Adjetivos e suas regências
<p> <i>acessível a</i> <i>acostumado a, com</i> <i>agradável a, para, de</i> <i>alheio a</i> <i>ansioso de, para, por</i> <i>atento a, em</i> <i>ávido de, por</i> <i>benéfico a</i> <i>capaz de, para</i> <i>carente de</i> <i>compatível com, entre</i> <i>consciente de</i> <i>contemporâneo a, de</i> <i>contíguo a, com, entre</i> <i>contraditório a, de, com, entre</i> <i>contrário a</i> <i>convicto de</i> <i>cuidadoso com</i> <i>desacostumado a, com</i> <i>desatento a</i> <i>desfavorável a</i> <i>diferente de, entre, por</i> <i>essencial a, para</i> <i>estranho a</i> <i>fácil a, para, em, de</i> <i>favorável a, para</i> <i>fiel a</i> <i>grato a</i> <i>hábil em, para</i> </p>	<p> <i>habitado a, com</i> <i>imbuído de, em</i> <i>impróprio a, de, para</i> <i>inacessível a</i> <i>indeciso em</i> <i>insensível a, para, com, para com</i> <i>junto a, de</i> <i>leal a</i> <i>maior de</i> <i>natural de</i> <i>necessário a</i> <i>nocivo a</i> <i>obediente a</i> <i>odioso a, para</i> <i>passível de, a</i> <i>posterior a</i> <i>preferível a</i> <i>prejudicial a</i> <i>prestes a, em, para</i> <i>próprio a, de</i> <i>próximo a, de</i> <i>querido de, por</i> <i>relacionado a, com</i> <i>residente em</i> <i>satisfeito com, de, em, por</i> <i>semelhante a, em</i> <i>sensível a, para</i> <i>simpático a, com</i> <i>útil a, para</i> </p>

Exemplos:

O Ministério da Saúde adverte: fumar é **prejudicial** à saúde. (prejudicial “a”)
regente regido

Estudar é **essencial** a/para sua aprovação. (essencial “a/para”)
regente regido

Estudou; portanto, estava **consciente** de seu bom desempenho. (consciente “de”)
regente regido

Adiante, veremos que o estudo da regência nominal está intimamente relacionado ao emprego do acento grave indicativo de crase. Sendo assim, devemos ter cuidado com os nomes que exigem o emprego da preposição “a”.

O mau cidadão mostra **desrespeito** às leis. (desrespeito “a”)

O Ministério da Saúde adverte: fumar é **prejudicial** à saúde. (prejudicial “a”)

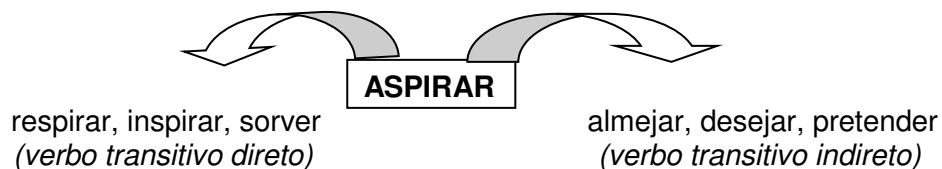
Ele agiu **contrariamente** à sua vontade. (contrariamente “a”)

Nos exemplos acima, temos a fusão entre a preposição “a” e o artigo definido “a”, ocasionando o fenômeno da crase.

REGÊNCIA VERBAL

Regência verbal é a relação que, em certa acepção, o verbo estabelece com seu complemento. Dependendo da relação estabelecida (preposicionada ou não), o verbo pode apresentar diferença de significado. Essa análise pode ser feita somente na construção do enunciado, pois um mesmo verbo pode requerer diferentes complementos de acordo com o significado que venha a apresentar na oração.

Não é possível esgotar, nesta aula, todas as regências existentes. Porém, apresentarei, a seguir, uma relação de verbos com as respectivas significações e regências mais recorrentes em provas. Vejamos:



Exemplos:

Nós **aspiramos** o perfume das flores.
VTD OD

O aluno **aspirava** ao cargo.
VTI OI

Observação: Segundo o Dicionário Prático da Regência Verbal, de Celso Pedro Luft, editora Ática, pág. 76, no sentido de “desejar ardentemente, fazer votos por (algo), procurando chamar para si (“aspirar”) o que deseja”, o verbo *aspirar* é **transitivo indireto**, regendo a preposição **a**.

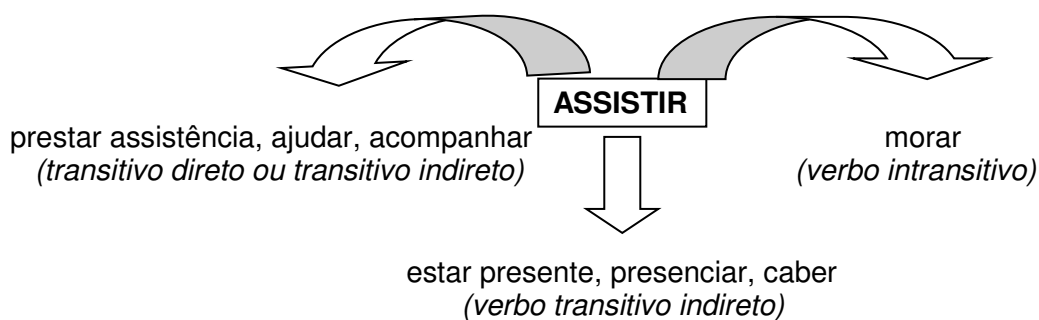
Exemplos: Aspiramos a tudo o que é bom (OI).
Todos aspiramos à felicidade (OI).

Importante!

Segundo as lições de Rocha Lima (pág. 389), com o verbo “aspirar”, o objeto indireto “a ele(s)”, “a ela(s)” **não** é conversível na forma pronominal **lhe(s)**:

“... o objeto indireto vem introduzido pela preposição “a”, não admitindo a substituição pela forma pronominal “lhe” (ou “lhes”), mas somente *a eles, a elas*”. Em outras palavras, **não** se diz *aspiro-lhe*, e sim *aspiro a ele(s), a ela(s)*.

Essa é a mesma prescrição contida na obra Nova Gramática do Português Contemporâneo, de Celso Cunha e Lindley Cintra, editora Lexikon, 2008, pág. 533.



Exemplos:

O médico **assiste** o paciente.
VTD OD

O médico **assiste** ao paciente.
VTI OI

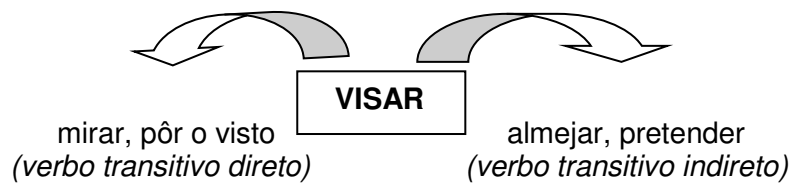
Aquela moça linda **assiste** em Ipanema.
VI adjunto adverbial

Os torcedores **assistiram** ao jogo de futebol.
VTI OI

Esse direito não **assiste** a você.
VTI OI

Observação: “Na linguagem coloquial (falada) brasileira, o verbo “assistir” constrói-se, em tal acepção [‘estar presente, presenciar’], de preferência com objeto direto (assistir o jogo, um filme), e escritores modernos têm dado acolhida à regência gramaticalmente condenada”. (Celso Cunha e Lindley Cintra, Nova Gramática do Português Contemporâneo, pág. 534)

Exemplo: Trata-se de um filme **que** eu **assistia**. (Clarice Lispector)



Exemplos:

O gerente **visa o cheque**.
VTD OD

O atirador de elite **visa o alvo**.
VTD OD

O aluno **visa ao cargo**.
VTI OI

Importante!

No sentido de “almejar”, “pretender”, o verbo “visar” assume regência transitiva **indireta**, sendo o objeto indireto encabeçado pela preposição **a**.

Entretanto, devido à semântica de ‘buscar, procurar, pretender’, passou a aceitar também a transitividade **direta**, dispensando a preposição.

Segundo as lições de Celso Pedro Luft, “isto se deu, de início, principalmente com o infinitivo”.

Exemplos:

Todas essas considerações **visam apenas glosar os debates**. (Joaquim Ribeiro)

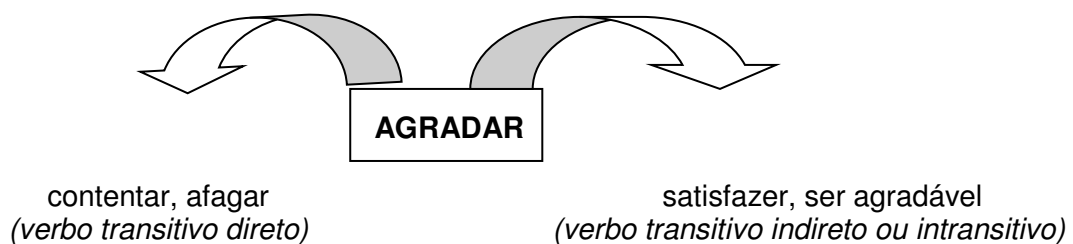
O ataque **visava cortar a retaguarda da linha de frente**. (Euclides da Cunha)

Aquilo não **visava outro interesse**. (Aluísio Azevedo)

Geralmente nós não **visamos o mal, visamos o remédio**. (Mário de Andrade)

Dito de outra forma, a preposição “a” é facultativa.

Para efeito de prova, é importante ter o conhecimento tradicional (transitivo **indireto**, regendo emprego da preposição **a**, pois este já foi objeto de prova no CESPE. Por outro lado, também é fundamental conhecer esse outro posicionamento, pois a banca pode inovar.



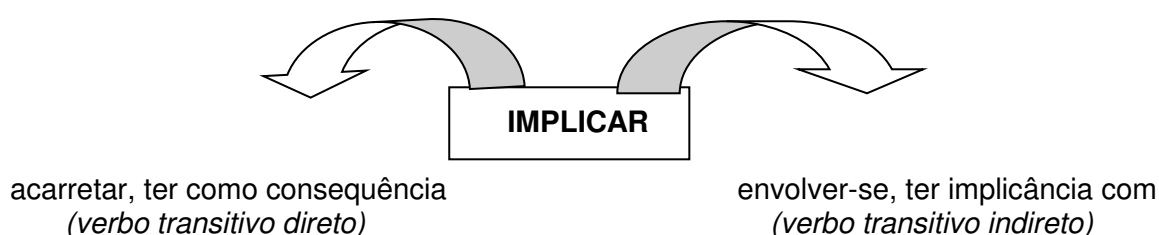
Exemplos:

Preciso meter a cara no estudo, para **agradar** minha mãe.
VTD OD

A criança chorava; a mãe se pôs a **agradá-la**.
VTD OD

O discurso dos políticos não **agrada** à população.
VTI OI

A solução **agradou**. (=A solução foi agradável.)
VI



Exemplos:

O estudo dedicado **implicará** sua aprovação.
VTD OD

Sem recursos, ele **implicou-se** em assaltos.
VTI OI

A babá **implica** com aquela criança.
VTI OI

Importante!

O verbo “implicar”, no sentido de “causar”, “acarretar”, é transitivo direto, o que é pacificamente aceito pelos eminentes estudiosos.

Na obra Gramática Normativa da Língua Portuguesa, editora José Olympio, 33ª edição, 1996, p. 433, Rocha Lima considera que o verbo implicar, no sentido de:

“3) Trazer como consequência, acarretar. É transitivo direto.

Exemplo: “(...) sem que a investida do novo chefe implicasse a menor quebra no movimento político e social.” (Latino Coelho) “

Evanildo Bechara, em Moderna Gramática da Língua Portuguesa, editora Lucerna, 37ª edição, 1999, p. 576, ensina que:

“(...). No significado de “resultar”, o verbo implicar é transitivo direto: Isto implica erro.”

Adriano da Gama Kury e Ubaldo Luiz de Oliveira, em Gramática Objetiva, editora Atlas, 1985, p. 131-132, ensinam que, o verbo implicar, no sentido de:

“c) trazer como consequência, acarretar. É transitivo direto.

Exemplo: “... um ver que implica desdouro para meu amigo ...” (Camilo) “

Modernamente, entretanto, já é admitida a regência indireta do verbo “implicar”, regendo emprego da preposição “em”. Conforme as lições de Celso Pedro Luft, em Dicionário Prático de Regência Verbal, editora Ática, 1999, p. 326:

“IMPLICAR

(...)

OBS.: *implicar em algo* é inovação em relação a *implicar algo* por influência de sinônimos como “redundar”, “reverter”, “resultar”, “importar”. Aparentemente um brasileirismo. Plenamente consagrado, admitido até pela gramática normativa: “Está ganhando foros de cidade na língua culta a sintaxe *implicar em*: Tal procedimento implica desdouro (ou *em desdouro*) para você.” (Rocha Lima, p. 401).

CHAMAR

O verbo “chamar”:

- no sentido de “verificar a presença”, “invocar o nome de santos”, “acarretar”, é **transitivo direto**.

Exemplos:

O professor **chama** os alunos.
 VTD OD

Não **chamar** o nome de Deus em vão.
 VTD OD

Uma mentira **chama** a outra.
 VTD OD

- no sentido de “invocar auxílio, ajuda ou proteção”, é **transitivo indireto**, regendo emprego da preposição **por**.

Exemplo:

A freira **chamou** por Deus.
VTI OI

- no sentido de “avocar”, “tomar”, “assumir”, é **transitivo direto e indireto**, podendo o objeto indireto ser encabeçado pelas preposições **a** ou **sobre**.

Exemplo: Ele **chama** a (ou sobre) si a responsabilidade da decisão.
VTDI OI OD



O verbo “chamar” apresenta uma particularidade: quando empregado nas acepções de **apelidar, qualificar, tachar**, é transobjetivo (aquele que necessita de mais alguma informação para não prejudicar a coerência do período). Em outras palavras, além de apresentar complemento verbal (objeto direto ou objeto indireto), deverá ser seguido de **predicativo**. Este, por sua vez, pode ou não ser acompanhado da preposição **de**.

Exemplos:

OBJETO DIRETO + PREDICATIVO

Chamaram-**no** fiel.
objeto predicativo
direto do objeto

OBJETO DIRETO + PREDICATIVO, precedido da preposição **de**

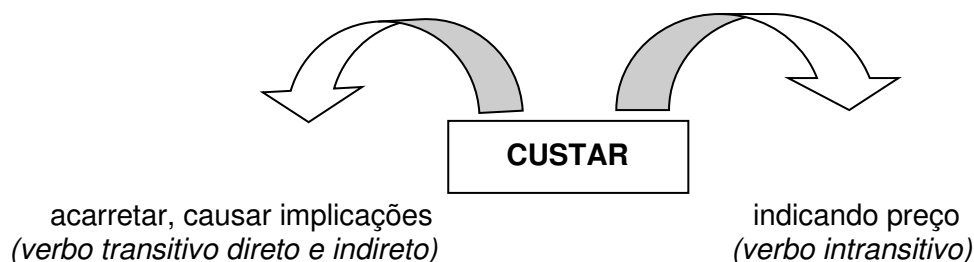
Chamaram-**no** de fiel.
objeto predicativo
direto do objeto

OBJETO INDIRETO + PREDICATIVO

Chamaram-**lhe** fiel.
objeto predicativo
indireto do objeto

OBJETO INDIRETO + PREDICATIVO, precedido da preposição **de**

Chamaram-**lhe** de fiel.
objeto predicativo
indireto do objeto



Exemplos:

O impulso **custou**-lhe muito esforço.
VTPI OI OD

A conquista do pão **custa** ao pobre muitos sacrifícios.
VTDI OI OD

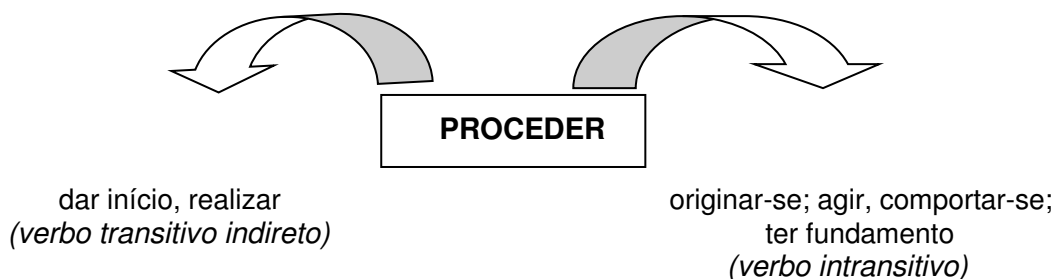
Aquele casaco **custou** trezentos reais.
VI adjunto adverbial

Atenção!

Segundo as lições de Domingos Paschoal Cegalla, em Novíssima Gramática da Língua Portuguesa, Companhia Editora Nacional, p. 497, quando o verbo **custar** for empregado na acepção de **ser custoso**, **ser difícil**, deverá ser empregado na **3ª pessoa do singular**, tendo como sujeito a oração reduzida de infinitivo:

Exemplo: “Custou-me muito a brigar com Sabina.” (Machado de Assis)
sujeito

A oração reduzida de infinitivo pode ser precedida de preposição expletiva “a”, conforme o exemplo acima. Entretanto, sua retirada **não** traz prejuízo à estrutura da frase: “Custou-me muito brigar com Sabina”.



Exemplos:

O juiz **procedeu** ao julgamento.

Seu argumento não **procede**.
VI

João não **procedeu** bem durante a cerimônia.

VI adj. adv
de modo

O navio **procede** da Itália.

VI adj. adv. de lugar

ATENDER

Segundo as lições de Celso Pedro Luft, o verbo “atender” é **transitivo direto** ou **transitivo indireto** nas seguintes acepções:

- “**dar ou prestar atenção**”, é **transitivo direto** ou **transitivo indireto**, regendo, em seu complemento indireto, a **preposição “a”**.

Exemplo: O diretor atendeu aos (ou os) interessados.

Observação: Segundo as lições de Rocha Lima, em Gramática Normativa da Língua Portuguesa, p. 392, se o complemento for um pronome pessoal referente a pessoa, só se empregam formas objetivas **diretas**.

Exemplo: O diretor atendeu-**os** no que foi possível.

- “**responder**”.

Exemplo: Seu telefone não atende às (ou as) chamadas.

- “**tomar em consideração**”, “**considerar**”, “**levar em conta**”, “**ter em vista**”.

Exemplo: Atender à (ou a) lição dos fatos.

Atender às (ou as) condições do mercado.

O verbo “atender” é **transitivo direto**:

- **significando “conceder audiência”, “receber”**.

Exemplo: O Papa atenderá os peregrinos.

- **na acepção de “dar despacho favorável”, “deferir”, “acatar”**.

Exemplo: O governo atendeu as reivindicações dos grevistas.

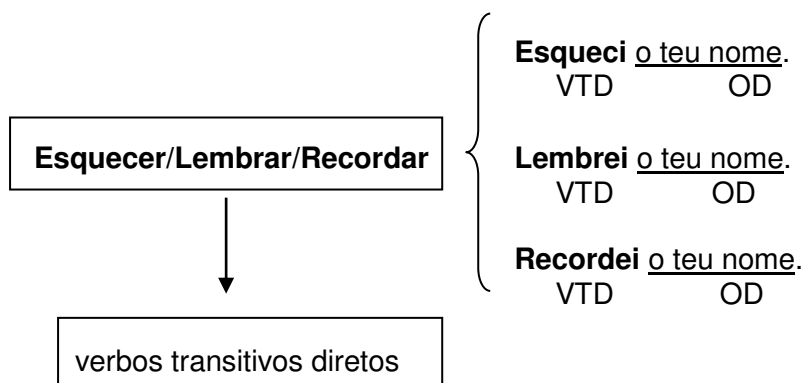
O verbo “atender” é **transitivo indireto** no sentido de “**atentar**”, “**reparar**”.

Exemplo: Atendia, de longe, aos acontecimentos.

Não atendeu para os primeiros sintomas da doença.

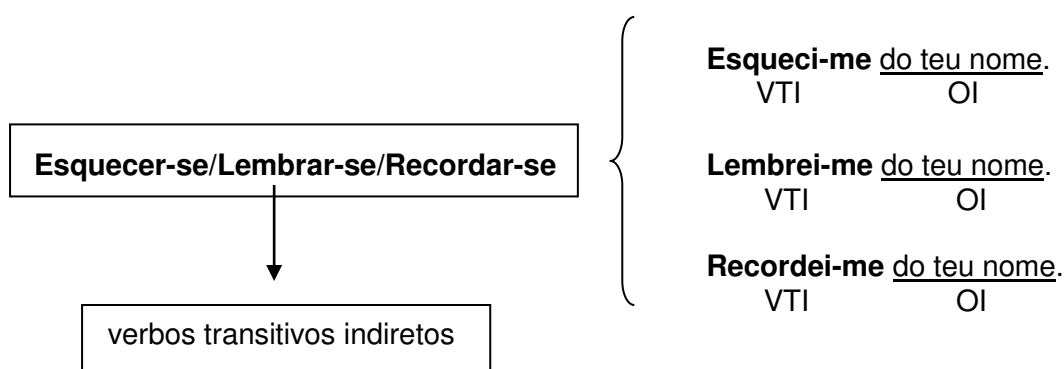
➤ **Esquecer / Lembrar / Recordar**

“Esquecer”, “lembrar” e “recordar” são verbos transitivos diretos, ou seja, não exigem preposição.



➤ **Esquecer-se / Lembrar-se / Recordar-se**

“Esquecer-se”, “lembrar-se” e “recordar-se” são verbos pronominais com transitividade indireta, isto é, exigem complemento indireto (esquecer-se/lembrar-se/recordar-se DE algo).



➤ **Avisar e Informar**

Estes verbos são transitivos diretos e indiretos (VTDI) e admitem objeto direto para coisa e indireto para coisa (e vice-versa). O complemento indireto (objeto indireto) pode ser introduzido pelas preposições “a” ou “de”.

Exemplos:

Avisei o menino **de seu recado**. / Avisei seu recado **ao menino**.

VTDI OD OI VTDI OD OI

Em “Avisei o menino de seu recado.”, empregou-se o objeto direto para pessoa e o indireto para coisa (avisar alguém DE alguma coisa). Já em “Avisei seu recado ao menino.”, empregou-se o objeto direto para coisa e o indireto para pessoa (avisar alguma coisa A alguém). Ambas as construções são corretas.

Informe o gabarito **aos candidatos**. / Informe os candidatos **do gabarito**.

VTDI OD OI VTDI OD OI

Em “Informe o gabarito aos candidatos.”, empregou-se o objeto direto para coisa e o indireto para pessoa (informar algo A alguém). Já em “Informe os candidatos do gabarito.”, empregou-se o objeto direto para pessoa e o indireto para coisa (informar alguém DE alguma coisa). Novamente, ambas as construções estão corretas.

➤ **Comunicar e Cientificar**

São verbos transitivos diretos e indiretos. Entretanto, cabem algumas considerações.

Originariamente, o verbo “comunicar”, quando empregado no sentido de “fazer saber”, “participar”, deve apresentar objeto direto para ‘coisa’ e indireto para ‘pessoa’.

Exemplo:

Comunique o resultado **aos alunos**.

VTDI OD OI

Em “Comunique o resultado aos alunos.”, empregou-se o complemento direto para coisa e o indireto para pessoa (comunicar alguma coisa A alguém).

Já o verbo “cientificar”, quando empregado na acepção de “tornar ciente”, “informar”, “tomar conhecimento”, exige, originariamente, objeto direto para pessoa e indireto para coisa.

Exemplo:

Cientifique os alunos **do resultado**.

VTDI OD OI

Em “Cientifique os alunos do resultado.”, empregou-se o complemento direto para pessoa e o indireto para coisa (cientificar alguém DE algo).

Modernamente, admite-se a construção “Cientificar-lhe algo” (Cientifique o resultado **aos alunos**), ou seja, o emprego do complemento direto para coisa e do indireto, para pessoa. Segundo as lições de Luft (pág. 119), “às vezes pode ocorrer

cientificar-lhe algo, inovação sintática devida ao traço semântico com ‘comunicar’ (algo a alguém): “Cientifique-lhe a nossa derrota” – inovação que também atingiu os verbos *avisar*, *certificar* e *informar*. Em linguagem escrita culta formal, preferível a sintaxe originária *cientificá-lo de...* .”

➤ Pagar e Perdoar

Estes verbos são transitivos diretos e indiretos, sendo o complemento direto relacionado à coisa, e o indireto, à pessoa (pagar/perdoar algo A alguém).

Exemplos:

Paguei a dívida **ao agiota**. (“Paguei-lhe a dívida.”)
VTDI OD OI

Perdoei o roubo **ao ladrão**. (Perdoei-lhe o roubo.)
VTDI OD OI

➤ Simpatizar e Antipatizar

Estes verbos são transitivos indiretos, regendo o emprego da preposição “com”. Fiquem alerta, pois esses verbos **não** são pronominais, ou seja, escrever “simpatizar-se / antipatizar-se” é considerado **erro**.

Exemplos: Simpatizei com aquela moça da praia. / Antipatizei com seu amigo.

➤ **Preferir**

O verbo **preferir** é transitivo direto e indireto, regendo, em seu complemento indireto, preposição “a” (prefere uma coisa A outra).

Exemplo: Prefiro laranja a maçã.

Na linguagem cotidiana, os falantes dizem “Prefiro laranja do que maçã.”, o que, segundo a norma culta formal, é considerado erro. Igualmente ocorreria com a construção “Prefiro mais laranja do que maçã”.

Importante!

É preciso ter atenção ao paralelismo sintático (estrutural).

Exemplos:

Prefiro laranja a maçã.

Em “Prefiro laranja a maçã.”, o substantivo “laranja” foi empregado sem o artigo definido “a”. Por essa razão, o “a” antes de “maçã” é meramente a preposição regida pelo verbo “preferir”.

Prefiro a laranja à maçã.

Em “Prefiro a laranja à maçã.”, o substantivo “laranja” foi empregado com o artigo definido “a”. Por essa razão, também deverá ser empregado antes do vocábulo “maçã”. Neste caso, haverá a fusão entre o artigo definido “a” e a preposição “a”, ocasionando o fenômeno da crase.

➤ **Obedecer**

O verbo **obedecer** é transitivo indireto, regendo a preposição “a”.

Exemplo: O bom cidadão obedece às ordens do guarda.
VTI OI

O mesmo ocorre com o verbo derivado **desobedecer**.

Exemplo: O mau cidadão desobedece às ordens do guarda.
VTI OI

➤ **Morar / Residir / Situar-se**

Estes verbos indicam permanência. São intransitivos, regendo o emprego da preposição “em”.

Exemplos:

Moro em Copacabana.
VI adj. adverbial

Resido em Copacabana.
VI adj. adverbial

Situo-me em Copacabana.
VI adj. adverbial

➤ **Ir / Chegar**

Estes verbos indicam movimento. São intransitivos, regendo o emprego da preposição “a”.

Exemplos: Vou **ao** teatro. (correto) / Vou **no** teatro. (errado).

Cheguei **à** capital do país. (correto) / Cheguei **na** capital do país. (errado)

VERBOS COM REGÊNCIAS DIFERENTES

Sempre que houver formas verbais com regências distintas relacionadas a um mesmo complemento, será necessário apresentar dois objetos.

Exemplo: Olhei e gostei do quadro. (errado)

Olhei o quadro e gostei dele. (correto)

No exemplo acima, o verbo “olhar” é transitivo direto (não exige preposição), enquanto o verbo “gostar” exige a preposição “de”.



(CESPE/UnB-2011/EBC)

1 Kant inicia a exposição da ética, que ele chama
2 *metafísica dos costumes*, pela afirmação de que “toda
3 legislação” compreende duas partes: em primeiro lugar, “uma
4 lei que representa como objetivamente necessária a ação que
5 deve ser cumprida, isto é, que faz da ação um dever; e,
6 secundariamente, um motivo que liga subjetivamente à
7 representação da lei o princípio de determinação do
8 livre-arbitrio a essa ação” e acrescenta: “A segunda parte
9 equivale a dizer que a lei faz do dever um motivo”.

10 Pois bem, a legislação que faz de uma ação um dever
11 e, ao mesmo tempo, desse dever um motivo, é uma legislação
12 ética. O sujeito cumpre a lei por dever de consciência.
13 Diversamente, aquela que não liga o motivo à lei e, por
14 conseqüente, admite um outro motivo que não a lei do dever é
15 jurídica. “No concenente a esta última legislação”, observa
16 Kant, “vê-se facilmente que os motivos diferentes da ideia do
17 dever hão de ser deduzidos de princípios patológicos de
18 determinação do livre-arbitrio, as inclinações e aversões, mais
19 destas do que daquelas, pois essa legislação deve ser coativa e
20 não atrativa.” Assim, os deveres decorrentes da legislação
21 jurídica são necessariamente exteriores, pois essa legislação,
22 para Kant, “não exige que a ideia do dever, que é interior, seja
23 por si mesma um princípio de determinação do livre-arbitrio do
24 sujeito ativo e, como ela necessita de motivos apropriados às
25 leis, ela só pode ligar a estas motivos exteriores”.

Dai a razão por que, segundo o filósofo, “a doutrina
do direito e a doutrina da virtude distinguem-se menos pela
26 diferença entre os deveres do que pela diferença de sua
27 legislação, que vincula um ou outro motivo à lei”. E
28 exemplifica: “Cumprir uma promessa contratual é um dever
29 exterior; mas o mandamento de agir unicamente porque se trata
30 de um dever, sem levar em conta outro motivo, diz respeito
31 apenas à legislação interior”.

Fabio Konder Campanato. Em que consiste o direito. In: Ética: direito, moral e religião
no mundo moderno. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p. 298-9 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto acima, julgue o item a seguir.

1. Em “que ele chama *metafísica dos costumes*” (L.1-2), o trecho em itálico, que exerce, na oração, a função de complemento verbal, deveria estar precedido da preposição **de**.

Comentário: Conforme vimos, o verbo **chamar**, empregado na acepção de **apelidar**, **dar nome**, é transobjetivo, isto é, apresenta complemento verbal (objeto direto ou objeto indireto) seguido de predicativo. Este (predicativo) **pode ou não** ser acompanhado de preposição.

Exemplos:

Chamaram-**no** fiel.

objeto predicativo
direto do objeto

Chamaram-**no** de fiel.

objeto predicativo
direto do objeto

Chamaram-**lhe** fiel.

objeto predicativo
indireto do objeto

Chamaram-**lhe** de fiel.

objeto predicativo
indireto do objeto

No excerto da questão, as construções “que ele chama metafísica dos costumes” e “que ele chama de metafísica dos costumes” estariam corretas. Em outras palavras, o emprego da preposição “de” não é obrigatório.

Gabarito: Errado.

(CESPE/UnB-2011/IFB)

1 As benesses proporcionadas por um sistema
imunológico mais eficiente vão além do ataque mais agressivo
aos vírus e às bactérias. As últimas pesquisas da epidemiologia
4 do curso de vida, uma área relativamente nova da medicina,
têm argumentado que o surgimento de doenças infecciosas na
infância pode favorecer a ocorrência de distúrbios crônicos
7 degenerativos na vida adulta. A hipótese mais aceita é a de que,
mesmo quando curadas, as infecções deixam para trás
processos inflamatórios no nível molecular. Isso significa que,
10 por exemplo, depois de uma inflamação na garganta, podem
restar focos imperceptíveis de inflamação. A longo prazo, esses
resíduos inflamatórios podem migrar para outras áreas do
13 organismo, o que propicia o desencadeamento de doenças
como infarto e Parkinson. Tais resquícios de inflamação estão
diretamente ligados ao processo de envelhecimento, uma vez
16 que podem favorecer a liberação exagerada de moléculas
tóxicas, os radicais livres.

Natara Magalhães. *For: Veja*, 10/11/2010 (com adaptações).

Com relação aos sentidos, aos aspectos gramaticais e à grafia de palavras do texto acima, julgue o item que se segue.

2. É possível a substituição de “aos” (L.3) por **a** sem prejuízo para a correção gramatical do trecho em questão.

Comentário: A questão exigiu dos candidatos o conhecimento do paralelismo sintático (estrutural). Em “(...) mais agressivo aos vírus e às bactérias”, é possível retirar o artigo definido “os” da palavra “vírus”. Entretanto, para que a correção gramatical do trecho fosse mantida, seria preciso também retirar o artigo definido “as” da palavra “bactérias”, a fim de manter a semelhança da estrutura frasal:

“(...) aos vírus e às bactérias”
Preposição preposição
+ artigo + artigo

“(...) a vírus e a bactérias”
prep. prep.

Gabarito: Errado.

(CESPE/UnB-2007/TRE-AP-Adaptada)

Com relação à correção gramatical dos períodos a seguir, julgue os itens abaixo.

3. O voto materialisa às nossas concepções e maturidades é resultante do trato que queremos dar ao futuro da nação.

Comentário: No item acima, há um erro de ortografia “materialisa”. O verbo é corretamente grafado com Z, pois recebe o acréscimo do sufixo –izar: material + izar = materializar. Além disso, esse verbo, de acordo com o contexto, é transitivo direto, ou seja, na rege preposição. Logo, a grafia correta seria “O voto materializa as nossas concepções (...)”.

Gabarito: Errado.

4. Cada vez mais os jovens são parte importante para à democracia e para à soberania nacional.

Comentário: A questão mesclou conhecimentos de regência nominal e emprego do acento grave indicativo de crase. O adjetivo “importante” rege a preposição “para” (importante para alguém/alguma coisa). Não há que se falar, neste caso, no emprego do acento grave indicativo de crase, já que não há a fusão de vogais iguais. Sendo assim, o período estaria gramaticalmente correto da seguinte maneira: “(...) importante para a democracia e para a soberania nacional”.

Gabarito: Errado.

(CESPE/UnB-2011/Instituto Rio Branco)

Texto para as questões de 2 a 4

1 Ainda que se soubessem todas as palavras de cada
figura da Inconfidência, nem assim se poderia fazer com o
seu simples registro uma composição da arte. A obra de arte
4 não é feita de tudo — mas apenas de algumas coisas
essenciais. A busca desse essencial expressivo é que constitui
o trabalho do artista. Ele poderá dizer a mesma verdade do
7 historiador, porém de outra maneira. Seus caminhos são
outros, para atingir a comunicação. Há um problema de
palavras. Um problema de ritmos. Um problema de
10 composição. Grande parte de tudo isso se realiza, decerto,
sem inteira consciência do artista. É a decorrência natural da
sua constituição, da sua personalidade — por isso, tão difícil
13 se torna quase sempre a um criador explicar a própria
criação. No caso, porém, de um poema de mais objetividade,
como o Romanceiro, muitas coisas podem ser explicadas,
16 porque foram aprendidas, à proporção que ele se foi
compondo.

Digo “que ele se foi compondo” e não “que foi
19 sendo composto”, pois, na verdade, uma das coisas que pude
observar melhor que nunca, ao realizá-lo, foi a maneira por
que um tema encontra sozinho ou sozinho impõe seu ritmo,
22 sua sonoridade, seu desenvolvimento, sua medida.

O Romanceiro foi construído tão sem normas
preestabelecidas, tão à mercê de sua expressão natural que
25 cada poema procurou a forma condizente com sua
mensagem. A voz irreprimível dos fantasmas, que todos os
artistas conhecem, vibra, porém, com certa docilidade, e
28 submete-se à aprovação do poeta, como se realmente, a cada
instante, lhe pedisse para ajustar seu timbre à audição do
público. Porque há obras que existem apenas para o artista,
31 desinteressadas de transmissão; outras que exigem essa
transmissão e esperam que o artista se ponha a seu serviço,
para alcançá-la. O Romanceiro é desta segunda espécie.

34 Quatro anos de quase completa solidão — numa
renúncia total às mais sedutoras solicitações, entre livros de
toda espécie relativos ao especializadamente século 18 —
37 ainda pareceram curtos demais para uma obra que se
desejava o menos imperfeita possível, porque se impunha,
acima de tudo, o respeito por essas vozes que falavam, que se
40 confessavam, que exigiam, quase, o registro da sua história.

E era uma história feita de coisas eternas e
irredutíveis: de ouro, amor, liberdade, traições...

43 Mas porque esses grandiosos acontecimentos já
vinham preparados de tempos mais antigos e foram o
desfecho de um passado minuciosamente construído — era
46 preciso iluminar esses caminhos anteriores, seguir o rastro do
ouro que vai, a princípio como o fio de um colar, ligando
cenas e personagens, até transformar-se em pesada cadeia que
49 prende e imobiliza num destino doloroso.

Cecília Meireles. Como escrevi o Romanceiro da Inconfidência.
In: Romanceiro da Inconfidência. 3.ª ed., Rio de Janeiro:
Nova Fronteira, 2005, p. XVI-XVII (com adaptações).

5. Os vocábulos “decorrência” (l.11), “condizente” (l.25) e “irreprimível” (l.26) regem termos que lhes complementam, necessariamente, o sentido.

Comentário: O substantivo “decorrência” rege o emprego da preposição “de” (decorrência natural da sua constituição). Por sua vez, o adjetivo “condizente” rege a preposição “com” (condizente com sua mensagem). Ambos os vocábulos têm seus sentidos complementados por nomes, isto é, por complementos nominais. Entretanto, o adjetivo “irreprimível” não necessita de complemento. No excerto “A voz irreprimível dos fantasmas(...)”, a preposição “de” é regida pelo substantivo “voz”: a voz dos fantasmas.

Gabarito: Errado.

(CESPE/UnB-2011/Correios)

1 Cartão-postal brasileiro, o vasto litoral do Rio de
Janeiro, um patrimônio natural de 246 quilômetros de areias
pontilhado por montanhas, virou um caso emblemático de
4 regressão a estágios civilizacionais mais primitivos. Para se ter
uma ideia, 3.000 toneladas de lixo, só no mês de janeiro, foram
recolhidas das praias cariocas — guimbas de cigarro, palitos de
7 picolé, cocô de cachorro e restos de alimento. Empilhadas,
essas evidências de vida pouco inteligente lotariam cinco
piscinas olímpicas. Resume o historiador Marco Antonio Villa:
10 “Ao contrário do cidadão dos países desenvolvidos, o
brasileiro só vê como responsabilidade sua própria casa e não
nutre nenhum senso de dever sobre os espaços que compartilha
13 com os outros — um claro sinal de atraso”.

Idem, ibidem

No que se refere à estrutura gramatical do texto, julgue o item seguinte.

6. O emprego da preposição “com” (l. 13) é exigência sintática da forma verbal “compartilha”.

Comentário: Devemos analisar a transitividade do verbo de acordo com o que contexto. No sentido habitual, a forma verbal “compartilhar” não exige preposição, sendo transitivo direto: “compartilho minha solidariedade”. Porém, esse mesmo verbo pode assumir transitividade direta e indireta, regendo, em seu complemento indireto, a preposição “com” (compartilhar algo com alguém). É o que ocorre no excerto “(...) os espaços que compartilha com os outros (...)”.

Gabarito: Certo.

(CESPE/UnB-2008/TST)

1 Muitas coisas nos diferenciam dos outros animais,
mas nada é mais marcante do que a nossa capacidade de
trabalhar, de transformar o mundo segundo nossa
4 qualificação, nossa energia, nossa imaginação. Ainda assim,
para a grande maioria dos homens, o trabalho nada mais é do
que puro desgaste da vida. Na sociedade capitalista, a
7 produtividade do trabalho aumentou simultaneamente a tão
forte rotinização, apequenamento e embrutecimento do
processo de trabalho de forma que já não há nada que mais
10 nos desagrade do que trabalhar. Preferimos, a grande
maioria, fazer o que temos em comum com os outros
animais: comer, dormir, descansar, acasalar.

13 Nossa capacidade de trabalho, a potência humana de
transformação e emancipação de todos, ficou limitada a ser
apenas o nosso meio de ganhar pão. Capacidade, potência,
16 criação, o trabalho foi transformado pelo capital no seu
contrário. Tornou-se o instrumento de alienação no sentido
clássico da palavra: o ato de entregar ao outro o que é nosso,
19 nosso tempo de vida.

Emir Sader. *Trabalhem menos, trabalhem todos.*
In: *Correio Braziliense*, 18/11/2007 (com adaptações).

Julgue o seguinte item a respeito do texto acima.

7. A retirada da preposição em “de transformar” (L.3) violaria as regras de gramática da língua portuguesa, já que essa expressão complementa “capacidade” (L.2).

Comentário: A preposição “de” é exigência sintática do substantivo “capacidade” (capacidade de). Entretanto, nem sempre a falta de paralelismo acarreta erro. Quando houver apenas um termo regente, por exemplo: “Gosto de banana, maçã, laranja”. Sendo assim, no excerto do texto “(...) capacidade de trabalhar, de transformar o mundo (...)”, é possível omitir a preposição “de” sem proporcionar violação às regras de gramática da língua portuguesa.

Gabarito: Errado.

(CESPE/UnB-2006/TJ-SE)

- 1 O Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB),
seção de São Paulo, em parceria com o Colégio Notarial do
Brasil, também seção de São Paulo, e com o apoio da
4 Corregedoria-Geral da Justiça de São Paulo, congrega
esforços para promover e realizar seminários de direito
notarial e registral no estado, visando o aperfeiçoamento
7 técnico de notários e registradores e a reciclagem de
prepostos e profissionais que atuam na área. Os objetivos
perseguidos pelas entidades representativas de notários e
o registradores bandeirantes são o aperfeiçoamento dos
serviços, a harmonização de procedimentos, buscando
uma regulação uniforme nas atividades notariais e registrais.
- 3 O IRIB e o Colégio Notarial sentem-se orgulhosos
de poder contribuir com o desenvolvimento das atividades
notariais e registrais do estado.

Internet: <www.educartorio.com.br> (com adaptações).

Com base nas estruturas linguísticas do texto, julgue o item a seguir.

8. As passagens “o aperfeiçoamento técnico” (L.6-7) e “a reciclagem” (L.7) podem ser substituídas, respectivamente, no contexto, por **à qualificação técnica** e **ao aprimoramento**.

Comentário: No texto, a forma verbal “visando” está empregada no sentido de “almejar, pretender”. Portanto, sua transitividade é indireta, regendo a preposição “a”. Caso substituíssemos “o aperfeiçoamento técnico” por “à qualificação técnica”, seria necessário empregar o acento grave indicativo de crase, já que haveria a fusão da preposição “a” com o artigo definido “a”. Substituindo “a reciclagem” por “ao aprimoramento”, haveria a combinação entre a preposição “a” e o artigo definido “o”, exigido pelo nome comportamento. Neste caso, não haveria crase pelo fato de “comportamento” ser palavra masculina.

Gabarito: Certo.

(CESPE/UnB-2006/DATAPREV)

- 1 Em numerosas reportagens de jornais e televisões,
temos lido que as emissoras de TV defendem a escolha do
padrão japonês de modulação da TV digital (ISDB), porque
4 este seria o único padrão que lhes permitiria fazer
transmissão para recepção móvel, usando a banda do
espectro eletromagnético reservada para o UHF. No caso do
7 padrão europeu (DVB), por exemplo, a transmissão para
recepção móvel teria de usar a banda reservada para a
telefonía celular, o que incluiria as empresas de telefonía
10 no núcleo central da operação de TV. Receosas dessa
concorrência, as emissoras, então, preferem a modulação
japonesa. Antes de prosseguir, algumas ressalvas:
- 13 ▶ o padrão de modulação brasileiro, desenvolvido pela
PUC-RS, conhecido como SORCER, também permite
a transmissão para recepção móvel. Portanto, mesmo
16 aceitando o argumento das emissoras, poderíamos
adotar uma modulação com tecnologia brasileira;
 - ▶ todos os padrões de modulação (japonês, europeu,
19 norte-americano e brasileiro, além do chinês, que está
em desenvolvimento) permitem transmitir em SDTV,
EDTV e HDTV, ou seja, para essa questão específica,
22 a escolha da modulação é indiferente;
 - ▶ igualmente, todos os padrões permitem que se
desenvolva uma série de serviços interativos, como
25 governo eletrônico, *e-learning*, *e-bank*, telemedicina etc.
Novamente, nessa questão específica, a escolha da
modulação é indiferente.

Gustavo Gindre, coordenador-geral do Instituto de Estudos e Projetos em Comunicação e Cultura (INDECS). Internet: <www.oppi.org.br> (com adaptações).

Julgue o item a seguir, a respeito das ideias e das estruturas linguísticas do texto.

9. Preservam-se o sentido e a correção gramatical, se for empregada a preposição **em** antes de “que” (l.4).

Comentário: Em orações adjetivas, sempre que o termo regente (verbo ou nome) exigir o emprego de uma preposição, esta antecederá o pronome relativo. Porém, em se tratando da locução verbal “permitiria fazer”, a transitividade será determinada pelo verbo principal (o último). Na locução em análise, “fazer” é um verbo transitivo direto (não exige preposição). Logo, considera-se erro gramatical empregar preposição antes do pronome relativo “que” nesse contexto.

Gabarito: Errado.

EMPREGO DO ACENTO GRAVE

Agora, abordaremos um tema que sempre aparece em provas: a **crase**. Mas, afinal, o que é **crase**? Por **crase** compreende-se a **fusão de duas vogais iguais**.

Amigos, é preciso chamar a atenção de vocês para o seguinte: **crase** é diferente de **acento grave**. Graficamente, o fenômeno da crase, definido como a fusão de duas vogais iguais, é marcado pelo emprego do **acento grave**. Em outras palavras, **crase não é acento, e sim um fenômeno linguístico**.

Em língua portuguesa, o acento grave registra:

a) PREPOSIÇÃO A + ARTIGO DEFINIDO A(S)

Este é o primeiro caso clássico de crase. Para que vocês tenham certeza de que ocorrerá esse fenômeno, recomendo que vocês usem a seguinte dica primeira dica:

1ª) verifiquem se o termo regente - o verbo (regência verbal) ou o nome (regência nominal) - exige a preposição A. Se houver essa regência, fiquem de olho: haverá grande possibilidade de o fenômeno da crase ocorrer;

2ª) verifiquem se o termo regido admite a anteposição do artigo definido A(S).

A essa altura, vocês podem estar se perguntando: Mas, Fabiano, como farei isso? Digo a vocês que é muito simples!

Para essa análise, construam uma frase em que o termo regido desempenhe a função de sujeito. Caso este termo aceite a anteposição do artigo definido A(S) na frase criada por vocês, haverá o encontro do A (preposição) com o A(S) (artigo definido). Logo, ocorrerá o fenômeno da crase. Vamos ver como funciona na prática?

O aluno estava atento __ aula do professor.

Na frase acima, vocês, na hora da prova, desejarão saber se é possível empregar (ou não) o acento grave indicativo de crase. Então, o que fazer? Apliquem a primeira dica e cheguem à conclusão de que:

1º) o adjetivo atento - que é o termo regente - exige preposição A (atento a alguma coisa);

2º) construindo uma frase que o termo regido - aula do professor - desempenhe a função de sujeito, vocês verificarão que essa expressão admite a anteposição do artigo definido A. Vejam a frase abaixo:

A aula do professor é divertida.

Perceberam? Logo, haverá o encontro do A (preposição) com o A (artigo definido), ou seja, ocorrerá o fenômeno da crase. Portanto:

O aluno estava atento à aula do professor.

b) PREPOSIÇÃO A + PRON. DEMONSTRATIVO AQUELE (e flexões)

Pessoal, este é o segundo caso clássico que pode implicar o fenômeno da crase. Para ter certeza de que haverá a fusão, recomendo que vocês usem esta segunda dica:

1ª) este item é igualzinho ao primeiro do método anterior: verifiquem se o termo regente - o verbo (regência verbal) ou o nome (regência nominal) - exige a preposição A. Se houver essa regência, fiquem "ligados": haverá grande possibilidade de o fenômeno da crase ocorrer;

2ª) aqui, uma novidade: verifiquem se o termo regido é o pronome demonstrativo aquele(s), aquela(s), aquilo. Se uma dessas formas pronominais aparecer, haverá o encontro do A (preposição) com o A inicial do pronome aquele (e flexões). Logo, ocorrerá o fenômeno da crase. Vamos ver como funciona na prática ?

Refiro-me __quele(a) candidato(a).

Na frase acima, vocês, na hora da prova, desejarão saber se é possível empregar (ou não) o acento grave indicativo de crase. Então, o que fazer? Apliquem a segunda dica e percebam que:

1ª) o verbo referir-se rege a preposição A (refiro-me a alguém / a alguma coisa);

2ª) o termo regido é o pronome demonstrativo AQUELE(A). Neste caso, como foi constatada a presença da preposição A, exigida pelo termo regente, haverá a fusão com o A inicial da forma pronominal. Então:

Refiro-me àquele(a) candidato(a).

Atenção!

Antes da preposição **DE** e do pronome relativo **QUE**, o **A(S)** equivalerá ao **pronome demonstrativo AQUELA(S)**. Nesse caso, vocês deverão aplicar a segunda dica:

1ª) verifiquem se o termo regente - o verbo (regência verbal) ou o nome (regência nominal) - exige a preposição A. Se houver essa regência, fiquem em alerta: haverá grande possibilidade de o fenômeno da crase ocorrer;

2ª) verifiquem se o termo regido é o pronome demonstrativo A(S), seguido ou do pronome relativo QUE ou da preposição DE. Quando, na frase, houver uma dessas combinações, o A(S) será equivalente ao pronome demonstrativo aquela(s). Sendo assim, uma vez constatada a obrigatoriedade da preposição A, haverá a fusão com o A inicial da forma pronominal A(S).

Vamos ver como funciona na prática:

A prancha que ganhei é igual ___ que você comprou.

Sua blusa é igual ___ da vitrine.

Aplicando a segunda dica nas frases acima, vocês concluirão que:

1ª) o adjetivo igual rege a preposição A (igual a alguma coisa / a alguém) ;

2ª) Na primeira frase, o termo regido é o A, seguido do pronome relativo QUE. Na segunda, o termo regido é o A, seguido da preposição DE. Quando houver essas combinações, o A será equivalente ao pronome demonstrativo aquela. Sendo assim, haverá a fusão da preposição A com o A inicial do pronome aquela. Logo, ocorrerá a crase e as lacunas dos exemplos devem ser preenchidas da seguinte forma:

A prancha que ganhei é igual à que você comprou.

Sua blusa é igual à da vitrine.

c) PREPOSIÇÃO A + PRONOME RELATIVO A(S) QUAL(IS)

Este é o terceiro e último caso clássico que pode resultar na ocorrência da crase. Aqui, é fundamental que vocês redobrem a atenção, pois há uma **oração subordinada adjetiva**.

Muito cuidado, pessoal! Com o pronome relativo **A QUAL / AS QUAIS**, o fenômeno da crase ocorrerá **somente** se:

- o termo posterior ao pronome relativo reger a preposição A; e

- o termo anterior ao pronome relativo admitir o emprego do artigo definido A(S).

Vamos visualizar na prática?

Apliquem a primeira dica no exemplo abaixo:

A aula ___ qual o aluno estava atento é divertida.

Na frase acima, vocês, na hora da prova, desejaram saber se é possível empregar (ou não) o acento grave indicativo de crase. Aplicando a primeira dica, chegamos à conclusão de que:

1ª) o adjetivo atento (termo regente) exige a preposição A (atento a alguma coisa), que antecederá o pronome relativo QUAL;

2ª) o termo regido é o pronome relativo **QUAL**, que, no exemplo em análise, substitui a palavra aula. Para verificar se este vocábulo admite a anteposição do artigo definido **A**, criem uma frase em que essa palavra (aula) desempenhe a função de sujeito. Por exemplo:

A aula começou.

Logo, haverá o encontro do **A** (preposição) com o **A** (artigo definido), isto é, ocorrerá o fenômeno da crase. Sendo assim, a lacuna do exemplo em comento deve ser preenchida da seguinte forma:

A aula à qual o aluno estava atento é divertida.

CASOS PROIBIDOS

Já sabemos que, em língua portuguesa, a crase representa a fusão de duas vogais iguais, sendo demarcada pelo emprego do acento grave. Na maioria das vezes, a crase decorre da junção entre o **A (preposição)** e o **A(S) (artigo definido feminino)**. Sempre que essa fusão acontecer, o termo regido admitirá a anteposição do artigo (lembrem-se da primeira dica!).

Sendo assim, é possível que vocês cheguem à conclusão de que **NÃO** haverá o fenômeno da crase antes de:

- **palavras masculinas. É evidente que palavra masculina não admite a anteposição de artigo definido feminino.**

Exemplos: Pedimos um bife a **cavalo**. / Andamos a **pé**.

Dica estratégica!

Se as expressões **À MODA DE** ou **À MANEIRA DE** estiverem implícitas, subentendidas, deveremos empregar o acento grave indicativo de crase.

Exemplo: Neymar fez um gol à **Pelé**. (= Neymar fez um gol **à moda de Pelé**.)

- **“A” no singular (preposição rígida), quando o termo regido estiver no plural. Nesse caso, há somente uma preposição.**

Exemplo: Não vai a **festas** em sua homenagem. (a = preposição rígida)

- **pronomes pessoais, pronomes demonstrativos de 1ª e 2ª pessoas (ESTE(S), ESTA(S), ISTO, ESSE(S), ESSA(S) e ISSO), pronomes indefinidos (TUDO, NADA, TODO(S), CADA, QUALQUER...), pronomes relativos (CUJO(S), CUJA(S) e QUEM) e pronomes de tratamento (iniciados por VOSSA ou SUA).**

Em regra, os pronomes não admitem a anteposição do artigo definido feminino, **exceto os pronomes indefinidos OUTRAS, VÁRIAS, DEMAIS.**

Exemplos:

Contaram tudo a **ela**.
Não dou importância a **essa** confusão.
Atendemos a **qualquer** hora do dia.
A pessoa a **cuja** filha me refiro estuda no Estratégia Concursos.
Envie flores a **quem** você ama.
Sugerimos a **Vossa Excelência** que o processo seja arquivado.

Mas:

Refiro-me às **outras** pessoas. / Refiro-me a **outras** pessoas. (a = preposição rígida)
O galanteador dá flores às **várias** namoradas. / O galanteador dá flores a **várias** namoradas. (a = preposição rígida)

Dica estratégica!

As formas **DAMA**, **DONA** e **MADAME** e os pronomes de tratamento **SENHORA** e **SENHORITA** admitem a anteposição do artigo definido feminino **A(S)**. Por essa razão, se a regência (verbal ou nominal) exigir a preposição **A**, deveremos empregar o acento grave.

Exemplos:

O mordomo referiu-se à **madame**.
Diga à **senhora** diretora que está tudo pronto para a reunião.

- **verbos**. Ainda que estejam substantivados ("o cantar", "o nascer"), os verbos recebem artigo masculino e não feminino.

Exemplo: A **partir** de hoje, não erro mais questão assim. / Preço a **combinar**.

- **artigos indefinidos**.

Exemplos:

O rapaz dirigiu-se a **um** canto da sala.
A Internet deu origem a **uma** avalanche de empreendedorismo no mundo.

Dica estratégica!

Na frase "*Fabiano chegou à **uma**.*", temos a **indicação de hora** ("**uma** hora"), e não do artigo indefinido "**uma**". Logo, devemos empregar o acento grave.

CASOS ESPECIAIS

É fundamental chamar a atenção de vocês para o fato de que o acento grave **NÃO** deverá ser empregado:

- antes das palavras **CASA** e **DISTÂNCIA**, quando estas **NÃO** estiverem determinadas.

Exemplos:

Pedro chegou **a casa** e logo foi dormir.

O rapaz flertava a moça **a distância**.

Dica estratégica!

Se os vocábulos **CASA** e **DISTÂNCIA** estiverem **DETERMINADOS**, o acento grave indicativo de crase deverá ser empregado.

Exemplos:

Sofia chegou **à casa de Pedro**.

O rapaz flertava a moça **à distância de um metro**.

- antes da palavra **TERRA**, sempre que trazer a ideia de terra firme, opondo-se à ideia de estar a bordo (nesse caso, a palavra é antecedida apenas pela preposição).

Exemplo: Os marinheiros voltaram **a terra**.

Atenção!

Se houver uma qualificação, uma determinação da palavra **TERRA**, será admitida a anteposição do artigo definido **A**, ocorrendo o fenômeno da crase se a regência permitir.

Exemplo:

Os marinheiros voltaram **à terra** de seus sonhos.

Aqui, cabe uma ressalva importante: quando o vocábulo **TERRA designar o nome do planeta, ocorrerá a crase se a regência exigir.**

Exemplo:

Os astronautas retornaram **à Terra**. (= Os astronautas retornaram ao planeta.)

- entre palavras repetidas. Aqui, há apenas a preposição unindo dois substantivos que originam uma expressão.

Exemplos:

Finalmente fiquei **face a face** com a tão esperada prova. (face **com** face)

Li seu relatório **página a página**. (página **por** página)

ACENTO GRAVE ANTES DE PRONOMES POSSESSIVOS FEMININOS***Pronome adjetivo possessivo feminino***

Quando o pronome adjetivo possessivo feminino estiver no singular, poderão ocorrer duas situações:

1ª) caso o pronome adjetivo possessivo esteja empregado **sem** artigo, **não** haverá crase, ainda que o termo regente exija a preposição A.

Exemplo: O cônsul enviou várias cartas a **sua** filha. (a = preposição)

2ª) caso o pronome adjetivo possessivo esteja empregado **com** artigo, **haverá crase**, desde que o termo regente exija a preposição A;

Exemplo:

O cônsul enviou várias cartas à **sua** filha. (à = preposição A + artigo definido A)
Sendo assim, vocês podem concluir que, antes de **pronome adjetivo possessivo feminino** no **singular**, o emprego do acento grave indicativo de crase será **facultativo**.

Se o **pronome adjetivo possessivo feminino** aparecer no **plural**, o emprego do acento grave será, em regra, **obrigatório**.

Exemplo:

O cônsul enviou várias cartas às **suas** filhas. (às = preposição A + artigo definido AS)

Dica estratégica!

Se, no contexto, aparecer apenas a **preposição A**, **não** ocorrerá crase, ainda que o pronome adjetivo possessivo feminino esteja no plural.

Exemplo:

O cônsul enviou várias cartas a **suas** filhas. (a = preposição rígida)

Pronome substantivo possessivo feminino

Antes de **pronomes substantivos possessivos femininos** (no singular ou no plural), o emprego do acento grave será **obrigatório**.

Exemplo:

Não deram atenção a(à) minha queixa, nem à **sua**. (o pronome **sua** substitui **queixa**)
Não deram atenção às **minhas** queixas, nem às **suas**. (o pronome **suas** substitui **queixas**)

ACENTO GRAVE ANTES DE NOMES PRÓPRIOS FEMININOS

Antes de **nomes próprios (ou personativos) femininos**, o emprego do acento grave será **facultativo**.

Exemplo:

Diga a **Joana** que a estamos esperando.

Diga à **Joana** que estamos esperando.

Dica estratégica!

Se o **nome próprio feminino** designar **personagem histórica** ou **entidade religiosa**, **não** se emprega o acento grave, ainda que a regência exija a **preposição A**.

Exemplos:

Na aula de ontem, o estagiário fez alusão a **Joana d'Arc**.

Joana estava solteirona; por isso, pediu um milagre a **Nossa Senhora**.

Cuidado!

Se o **nome próprio feminino** que designar **personagem histórica** ou **entidade religiosa** estiver **determinado**, emprega-se o acento grave indicativo de crase.

Exemplo: Na aula de ontem, o estagiário fez alusão à **corajosa Joana d'Arc**.

ACENTO GRAVE ANTES DE NOMES DE LUGAR FEMININOS**MÉTODO PRÁTICO**

Para verificar se haverá ou não crase antes de **nomes de lugar femininos**, recomendo que vocês utilizem o método prático a seguir, composto por dois versos:

*Quem vai **A** e volta **DA**, crase há.
Quem vai **A** e volta **DE**, crase para quê?*

Não entenderam? Acompanhem abaixo:

Se, ao substituirmos o verbo **IR** pelo antônimo **VOLTAR**, aparecer **DA** (*contração da preposição DE + artigo definido A*), constatamos que o topônimo (nome de lugar) admite a **anteposição do artigo**. Logo, o acento grave indicativo de crase deve ser empregado.

Contudo, se, ao substituirmos o verbo **IR** pelo antônimo **VOLTAR**, aparecer somente **DE** (*preposição*), constatamos que o nome de lugar feminino **não** admite a anteposição do artigo. Logo, o acento grave indicativo de crase **não** deve ser empregado.

Exemplos:

COM CRASE

Pretendo **ir** à Bahia. (= Pretendo **voltar** da Bahia.)

Fui à França. (= **Voltei** da França.)

SEM CRASE

Iremos a Paris. (= **Voltaremos** de Paris.)

Pretendo **ir** a Copacabana. (= Pretendo **voltar** de Copacabana.)

Dica estratégica!

Se os topônimos estiverem **determinados**, ocorrerá a crase. Por quê? Ora, ao substituímos o verbo **IR** pelo antônimo **VOLTAR**, aparece **DA** (*contração da preposição DE + artigo definido A*). Logo, o acento grave indicativo de crase deve ser empregado.

Exemplos:

Iremos à Paris das luzes. (= **Voltaremos** da Paris das luzes.)

Pretendo **ir** à Copacabana da Bossa Nova. (= Pretendo **voltar** da Copacabana da Bossa Nova.)

ACENTO GRAVE EM LOCUÇÕES

Vitoriosos alunos, o acento grave deve ser empregado em **locuções cujo núcleo é formado (sempre) por palavra feminina**.

As **locuções femininas** classificam-se em:

- **adverbiais**: à baila, à beça, às claras, à direita, às escondidas, à esquerda, à força, às moscas, à noite, às pressas, à revelia, à solta, à tarde, às vezes, à vista, à vontade ...

Exemplos:

Passarei no concurso e comprarei um carro **à vista**.

Para comemorar a aprovação no concurso, iremos ao teatro **à noite**.

Cuidado!

Em **locuções adverbiais femininas de instrumento**, regidas de **preposição A**, temos um ponto divergente: alguns gramáticos consagrados **não** recomendam o emprego do acento grave; outros, porém, admitem o emprego do acento grave, a fim de que seja mantida a **clareza** da frase.

Em um concurso do Banco do Brasil, organizado pelo CESPE/UnB, por exemplo, havia um item em que constava o excerto '*preencher à maquina*'. Após os recursos, o item foi anulado, haja vista a divergência doutrinária.

O que fazer, afinal? No momento da prova, analisem todas as possibilidades (**inclusive quanto à clareza**) antes de julgar o item como **certo** ou **errado**.

- **prepositivas (terminadas por uma preposição essencial)**: à altura de, à base de, à beira de, às custas de, à espera de, às expensas de, à frente de, à maneira de, à mercê de, à moda de, à procura de ...

Exemplos:

Os alunos do *Estratégia Concursos* ficarão **à frente** dos demais candidatos.

O aluno foi aprovado no concurso; portanto, está **à espera** da convocação.

Observação!

Na locução prepositiva **ATÉ A** (equivalente à preposição **ATÉ**), o emprego da preposição **A** é **facultativo**.

Vocês podem me perguntar: Fabiano, é por isso que as gramáticas expõem que, antes da **preposição ATÉ**, o emprego do acento grave é **facultativo**? Eu lhes respondo: acompanhem.

Se empregarmos a locução prepositiva **ATÉ A**, e o termo regido admitir a anteposição do **artigo definido A**, haverá crase, demarcada pelo acento grave.

Exemplo: Empolgado com a aprovação, corri **até à** praia de Botafogo. (à = preposição A + artigo definido A)

Por outro lado, se empregarmos **somente** a preposição **ATÉ**, não haverá crase.

Exemplo: Empolgado com a aprovação, corri **até a** praia de Botafogo. (a = artigo definido A)

Perceberam que, após a **preposição ATÉ**, o emprego da **preposição A** é **facultativo**? Por isso, as gramáticas prescrevem que o emprego do acento grave é **facultativo**.

- **conjuntivas**: à medida que, à proporção que.

Exemplos:

Você ficará mais preparado para o concurso **à medida que** estudar.

À proporção que você for promovido, sua remuneração aumentará.

- **adjetivas**: à brasileira, à milanesa, à toa ...

Exemplos:

Fiquei em casa **à toa**.

Ontem comi um bife **à milanesa**.

O acento grave também deve ser empregado em **locuções femininas que indicam hora**.

Exemplo:

Saí de casa **às quatro horas** da tarde.

Ele voltará **à uma**.

Cuidado!

Indicando tempo passado, devemos usar o verbo **HAVER**.

Exemplo: O candidato terminou a prova **há** duas horas.

Indicando tempo futuro, devemos usar a **preposição A**.

Exemplo: O candidato terminará a prova daqui **a** duas horas.

(CESPE/UnB-2011/Correios)

O Pe. Antônio Vieira foi submetido a residência forçada, em Coimbra, de fevereiro de 1663 até setembro de 1665 e, finalmente, preso pela Inquisição no dia 1.º de outubro. Publicou-se uma importante série de cartas escritas por ele nesse período, que se escalonaram com bastante regularidade de 17 de dezembro de 1663 a 28 de setembro de 1665.

Em cerca de trinta cartas que foram conservadas, encontram-se alusões mais ou menos desenvolvidas ao “tempo que faz”. Para apreciar o valor e o significado dessas indicações, é preciso entender as principais razões que levavam o padre a interessar-se pelo tempo. A principal era, sem dúvida, as repercussões que certos tipos de tempo tinham sobre a regularidade do funcionamento das comunicações, em especial a circulação das cartas e notícias. Sujeitado a residência forçada, Antônio Vieira ansiava pela chegada do correio, sobretudo o que provinha de Lisboa e da Corte, mas também dos outros lugares onde tinha amigos. Em certos períodos do ano, inquietava-se também pelas condições de navegação do Atlântico, perigosas para as frotas do Brasil e da Índia. Outra razão do seu interesse eram as repercussões do tempo sobre a própria saúde e a dos amigos, e sobre os rebates da peste. Enfim, não podia esquecer as campanhas militares que, a partir da primavera, decorriam então no Alentejo.

Convém não esquecer que as anotações climáticas nas cartas de Antônio Vieira podiam ter, às vezes, valor puramente metafórico. No ambiente de acesas intrigas palacianas que o Padre acompanhava a distância, ele deixa mais de uma vez transparecer o receio de que as cartas dele e dos seus correspondentes fossem abertas e lidas. Por isso, expressa-se muitas vezes por alusões e metáforas. Por exemplo, a de 20 julho, escrevia a D. Teodósio: “Em tempo de tanta tempestade, não é seguro navegar sem roteiro.” Tratava-se apenas, na realidade, de combinar o percurso para um encontro clandestino estival nas margens do Mondego. O contexto permite, quase sempre, desfazer as dúvidas.

Suzanne Daveau. Os tipos de tempo em Coimbra (dez. 1663 – set. 1665), nas cartas de Padre Antônio Vieira. In: Revista Finisterra, v. 32, n.º 64, Lisboa, 1997, p. 109-15. Internet: <www.ceg.ul.pt> (com adaptações).

A respeito do vocabulário e da estrutura linguística do texto, julgue o item a seguir.

10. O emprego do sinal indicativo de crase em “**Sujeitado** a residência forçada” (linha 11) manteria a correção gramatical do texto.

Comentários:

Empregando o método prático apreendido nas lições de crase, verifica-se que:

1º) o adjetivo “**sujeitado**” – termo regente – exige a preposição “a” (sujeitado a alguma coisa) ;

2º) o termo regido “**a residência forçada**” admite a anteposição do artigo definido “A”, conforme se verifica na frase construída abaixo:

“**A** residência forçada não é legal”.

Logo, haverá o encontro o “A” (preposição) com o “A” (artigo definido), ou seja, ocorrerá o fenômeno da crase. Sendo assim, a lacuna do exemplo preenchida da seguinte forma:

“Sujeitado à residência forçada (...)”

Gabarito: Certo.

(CESPE/UnB-2011/Correios)

1 O transcorrer da história postal corresponde à crescente transformação histórica do próprio país, razão pela qual conhecer os principais fatos ligados à implementação e ao aperfeiçoamento dos serviços postais fornece um panorama do desenvolvimento histórico brasileiro.

Idem, ibidem

11. Emprega-se o sinal indicativo de crase em “corresponde à crescente transformação histórica” (l.1-2) porque:

- a) a expressão “história postal” (linha 1) exige complemento antecedido por artigo definido feminino.
- b) a forma verbal “corresponde” exige complemento regido da preposição “a”, e a expressão que a complementa é precedida do artigo definido “a”.
- c) a expressão “transformação histórica” deve ser imediatamente precedida da preposição “a”.
- d) a forma verbal “transcorrer” (linha 1) exige complemento regido da preposição “a”.
- e) a forma verbal “transcorrer” (linha 1) foi transformada em substantivo pela anteposição do artigo “O”.

Comentário: No trecho “O transcorrer da história postal corresponde à crescente transformação (...)”, o verbo “corresponder” é transitivo indireto, regendo o emprego da preposição “a”. Em “a crescente transformação (...)”, percebemos que o substantivo “transformação” admite a anteposição do artigo definido “a”. Sendo assim, haverá a fusão entre a preposição “a” e o artigo definido “a”: “corresponde à crescente transformação (...)”.

Gabarito: B.

(CESPE/UnB-2008/MPE-RR)

1. Maior oferta de biocombustíveis e alta dos preços
2. dos alimentos é uma relação que tende a prosperar
3. automaticamente até que algum elementar bom senso tome
4. conta do assunto. Nesse quadro, é até compreensível que
5. políticos ameaçados por perda de popularidade, em qualquer
6. canto do mundo, enveredem por caminhos e discursos bem
7. simplistas e batam seguidamente na tecla dos vínculos entre
8. etanol e fome. Mais preocupante, no entanto, é a situação
9. criada pelo relator da ONU para o direito à alimentação, Jean
10. Ziegler, que classificou os biocombustíveis como “um crime
11. contra a humanidade”, garantindo que o mundo teria milhões
12. e milhões de novos famintos pela escalada nos preços dos
13. alimentos que seriam usados para fazer funcionar os motores
14. dos automóveis do mundo rico.

15. Ainda pior é a repetição desse sofisma em
16. ambientes como o da Conferência Regional da Organização
17. das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)
18. para América Latina e Caribe, realizada no Itamaraty, em
19. Brasília. A diplomacia brasileira reagiu com firmeza,
20. apresentando números da redução do impacto ambiental e da
21. produtividade da agricultura nacional em áreas não
22. destinadas à cana-de-açúcar.

Gazeta Mercantil, 16/4/2008 (com adaptações).

Com referência ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

12. Em “direito à alimentação” (L.9), o uso de sinal indicativo de crase é um recurso imprescindível para a compreensão do texto.

Comentário: Em “direito à alimentação” temos um caso de regência nominal, em que o substantivo “direito” rege o emprego da preposição “a”. Por sua vez, o termo regido “alimentação” admite a anteposição do artigo definido “a”, ocasionando o fenômeno da crase (fusão de vogais iguais). Entretanto, é possível fazer uma construção sem o emprego do artigo definido “a” e, por consequência, sem o acento grave indicativo de crase, já que é possível compreender o texto sem esse sinal gráfico: “direito a alimentação”.

Gabarito: Errado.

13. Na linha 22, o emprego do sinal indicativo de crase em “à cana-de-açúcar” justifica-se pela regência de “destinadas” e pela presença de artigo definido feminino singular.

Comentário: Lembrem-se de que, ao final do estudo de regência nominal, eu disse a vocês que esse assunto é intimamente ligado ao estudo do emprego do acento grave indicativo de crase? Pois bem, no texto, o adjetivo “destinadas” rege o emprego da preposição “a”, e o termo regido “cana-de-açúcar” admite a anteposição do artigo definido “a”. Sendo assim, haverá a fusão entre a preposição e o artigo, acarretando o fenômeno da crase.

Gabarito: Certo.

(CESPE/UnB-2010/TRE-BA)

1 O voto, direito duramente conquistado, deve ser
considerado um dever cívico, sem o exercício do qual o direito
se descaracteriza ou se perde, afinal liberdade e democracia são
4 fins e não apenas meios. Quem vive em uma comunidade
política não pode estar desobrigado de opinar sobre os rumos
dela. Nada contra a desobediência civil, recurso legítimo para
7 o protesto cidadão, que, no caso eleitoral, se pode expressar no
voto nulo (cuja tecla deveria constar na máquina utilizada para
votação). Com o voto facultativo, o direito de votar e o de não
10 votar ficam inscritos, em pé de igualdade, no corpo legal. Uma
parte do eleitorado deixará voluntariamente de opinar sobre a
constituição do poder político. O desinteresse pela política e a
13 descrença no voto são registrados como mera “escolha”,
sequer como desobediência civil ou protesto. A consagração da
alienação política como um direito legal interessa aos
16 conservadores, reduz o peso da soberania popular e
desconstitui o sufrágio como universal.

Para o cidadão ativo, que, além de votar, se organiza
19 para garantir os direitos civis, políticos e sociais, o enfoque
é inteiramente outro. O tempo e o trabalho dedicados ao
acompanhamento continuado da política não se apresentam
22 como restritivos da liberdade individual. Pelo contrário, são
obrigações autoassumidas no esforço de construção e
aprofundamento da democracia e de vigília na defesa das
25 liberdades individuais e públicas. A ideia de que a democracia
se constrói nas lutas do dia a dia se contrapõe, na essência, ao
modelo liberal. O cidadão escolado na disputa política sabe
28 que a liberdade de não ir votar é uma armadilha. Para que o
sufrágio continue universal, para que todo poder emane do
povo e não, dos donos do poder econômico, o voto, além de ser
31 um direito, deve conservar a sua condição de dever cívico.

Léo Linco. Em defesa do voto obrigatório. Internet:
<www.correiocidadania.com.br/> (com adaptações).

Acerca das ideias e estruturas do texto acima, julgue o próximo item.

14. Ao se substituir o trecho “aos conservadores” (L. 15-16) por **à parcela conservadora da sociedade**, o uso do acento indicativo de crase será obrigatório.

Comentário: No trecho “interessa aos conservadores”, a forma verbal “interessa” é transitiva indireta, regendo o emprego da preposição “a”. Substituindo o termo regido “aos conservadores” por “à parcela conservadora da sociedade”, verificamos que esta expressão admite a anteposição do artigo definido “a”. Sendo assim, haverá a fusão entre a preposição “a” e o artigo definido “a”: “interessa à parcela conservadora da sociedade”.

Gabarito: Certo.

(CESPE/UnB-2011/TJ-ES)

1 De acordo com MacIntyre (1983), os seres humanos
têm uma necessidade de autoconhecimento, que inclui as
possibilidades de relacionamento com outros seres humanos.
4 O estudo das formas conviviais é objeto da reflexão de homens
comuns e o objeto da teoria política. Como afirma MacIntyre,
o objetivo da teorização política é possibilitar aos seres
7 humanos o acesso a instrumentos que satisfaçam sua
necessidade de localizar a si mesmos no mundo, fazer sua
própria mensuração do mundo e conectar a sua moralidade à
10 natureza das coisas. A indispensabilidade da teoria política
viria dessa necessidade de autoconhecimento dos indivíduos.
É a observação que permite identificar novos temas, e estes têm
13 dado origem à teorização. Chegamos a um ponto em que a
evolução tecnológica torna mais complexa a organização social
do trabalho, e os indivíduos têm, cada vez mais, identidades
16 fragmentadas e uma dependência orgânica uns dos outros. De
acordo com essa nova formatação social, expande-se uma
lógica pluralista e multiplicam-se os interesses, os grupos de
19 pressão e a natureza das reivindicações ao Estado. Diversos
movimentos sociais impõem novos desafios ao fazer político.
Especialmente movimentos supranacionais, como o movimento
22 feminista e o movimento ambientalista, desencadeiam
processos de reterritorialização da política, mostrando novas
possibilidades vinculatórias, e alteram o coletivo significativo
25 para determinado tipo de institucionalização.

Alvino Rodrigues de Carvalho, *Movimentos culturais e justiça social: um estudo da cultura hip-hop mineira*. Internet: <www.bibliotecadigital.ufmg.br> (com adaptações).

Julgue o item que se segue, referente à organização das ideias e às estruturas linguísticas do texto acima.

15. Em “à natureza” (linhas 9-10), o emprego do sinal indicativo de crase indica que o verbo “conectar” (linha 9) está sendo utilizado com a preposição *a*, regendo um de seus complementos. Estaria igualmente correto e coerente o emprego, em vez da preposição *a*, da preposição **com**, não cabendo, nesse caso, o uso do acento indicativo de crase: com a natureza.

Comentário: No contexto, o verbo “conectar” é transitivo direto e indireto, regendo, em seu complemento indireto, a preposição “a”. Como o termo regido “a natureza das coisas” admite a anteposição do artigo definido “a”, ocorreu a crase: “conectar sua moralidade à natureza das coisas”. O verbo “conectar”, entretanto, também pode ter seu complemento indireto introduzido pela preposição “com”, sem que isso acarrete incoerência ou incorreção gramatical ao texto: “conectar sua moralidade com a natureza das coisas”. Desta forma, não haverá o emprego do acento grave.

Gabarito: Certo.

(CESPE/UnB-2011/Correios)

1 Que tipo de gente joga lixo na rua pela janela do carro
ou deixa a praia emporcalhada quando sai? Uma das respostas
corretas é: um tipo que está se tomando mais raro. Sim. A atual
4 geração de adultos foi criança em um tempo em que jogar
papel de bala ou caixa vazia de biscoitos pela janela do carro
quase nunca provocava uma bronca paterna. Foi adolescente
7 quando amassar o maço vazio de cigarros e chutá-lo para longe
não despertava, na audiência, nenhuma reação especial, além
de um “vai ser perna de pau assim na China”. Chegou à idade
10 adulta dando como certo que aquelas pessoas de macacão com
a sigla do serviço de limpeza urbana estampada nas costas
precisam trabalhar e, por isso, deve contribuir sujando as ruas.
13 Bem, isso mudou. O espírito do nosso tempo pode não impedir,
mas, pelo menos, não impele mais ninguém com algum grau de
conexão com o atual estágio civilizatório da humanidade a se
16 livrar de detritos em lugares públicos sem que isso tenha um
peso, uma consequência. É feio. É um ato que contraria a ideia
tão prevalente da sustentabilidade do planeta e da preciosidade
19 que são os mananciais de água limpa, as porções de terra não
contaminadas e as golfadas de ar puro. E, no entanto, as
pessoas ainda sujam, e muito, as cidades impunemente.

Veja, 9/3/2011, p. 72-3 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e aspectos linguísticos do texto, julgue o item seguinte.

16. No trecho “Chegou à idade” (linha 9), é facultativo o emprego do sinal indicativo de crase.

Comentário: A forma verbal “chegou” tem sentido completo, ou seja, é intransitiva e, como indica deslocamento, rege o emprego da preposição “a” em seu adjunto adverbial. O termo regido “idade” admite a anteposição do artigo definido “a”, acarretando, assim, a fusão entre a preposição e o artigo, ou seja, o fenômeno da crase: “Chegou à idade”. O acento grave é obrigatório.

Gabarito: Errado.

(CESPE/UnB-2010/INSS)

Fragmento de texto:

Da tomada para a estrada

1 Dois modelos de veículo de uma montadora italiana,
movidos a energia elétrica, já estão prontos para rodar.
Os protótipos foram desenvolvidos no Brasil pela empresa
4 Itaipu Binacional, com o objetivo de nacionalizar a
tecnologia de produção de carros elétricos. Basta colocá-los
na tomada por um período de oito horas para que eles
7 estejam aptos a rodar aproximadamente 120 km.
Os deslocamentos podem ser velozes, já que os veículos
conseguem atingir uma velocidade de até 130 km por hora.
10 O detalhe mais animador é que, para isso, se gasta de quatro
a cinco vezes menos do que se forem utilizados combustíveis
convencionais, como o álcool ou a gasolina.

Considerando o texto acima, julgue o item a seguir.

17. Sem prejuízo para a correção gramatical, o título da reportagem poderia ser **Da tomada à estrada**.

Comentário: No estudo do acento grave indicativo de crase, é fundamental o conhecimento do paralelismo sintático, definido como a simetria de estrutura. Por exemplo, em “De segunda a sexta”, temos uma estrutura paralelística, pois, como empregamos apenas a preposição “de” antes de “segunda”, foi empregada somente a preposição “a” antes de “sexta”.

Por outro lado, poderíamos ter a construção “Da segunda à sexta.”, havendo também uma estrutura paralelística, já que, antes de “segunda”, empregamos a preposição “de” e o artigo definido “a” e, por consequência, para manter a simetria,

a preposição “a” e o artigo definido “a” antes de “sexta”. Por essa razão, houve o emprego do acento grave indicativo de crase.

O mesmo caso ocorreria se o título do texto fosse composto pela estrutura “Da tomada à estrada.”, uma vez que essa expressão é formada pela preposição “de” acrescida do artigo definido “a”, antes de “tomada”, e pela preposição “a” acrescida do artigo definido “a”, antes de “estrada”. Sendo assim, o emprego do acento grave não implicaria prejuízo à correção gramatical do título.

Gabarito: Certo.

18. (CESPE/UnB-2013/TCE-ES/Auditor) O trecho “entre janeiro de 2005 e maio de 2006” poderia ser reescrito, sem prejuízo para o sentido original e a correção gramatical do texto, da seguinte forma: de janeiro de 2005 à maio de 2006.

Comentário: Inicialmente, vamos transcrever o período original: “adicional de tempo de serviço que deveria ser pago entre janeiro de 2005 e maio de 2006”. Semanticamente, o excerto inicial traz a informação de que o pagamento ocorreria entre os meses de janeiro (de 2005) e maio (de 2006). Todavia, outra acepção é expressa pelo trecho reescrito pelo examinador em “de janeiro de 2005 à maio de 2006”, exprimindo a noção de que o pagamento deveria ocorrer mensalmente neste ínterim. Ademais, a reescritura proposta provoca transgressão gramatical, pois o acento grave indicativo de crase foi mal empregado no período. O correto, sob o prisma gramatical, é “de janeiro de 2005 a maio de 2006”.

Gabarito: Errado.

(CESPE/UnB-2011/TCU/Auditor Federal de Controle Externo)



O item a seguir apresenta uma afirmação referente aos dados da pesquisa a que se refere o texto. Julgue-o quanto à correção gramatical e à conformidade com os dados apresentados.

19. Nota-se um decréscimo no número de mulheres que se declararam felizes quando se compara os dados colhidos em 2010 aqueles de 2005.

Comentário:

Há dois erros no item acima:

1º) Em “(...) quando se compara os dados colhidos (...)”, temos uma estrutura de voz passiva sintética (VTD + SE), em que a partícula apassivadora SE foi anteposta à forma verbal “compara” em virtude da conjunção subordinativa adverbial temporal “quando”. Entretanto, o verbo “comparar” deve concordar em número e pessoa com o núcleo do sujeito em “os dados colhidos”: “(...) quando se comparam os dados colhidos (...)”.

2º) Em “(...) quando se compara os dados em 2010 aqueles de 2005.”, faltou o emprego do acento grave indicativo de crase. No contexto, o verbo “comparar” é transitivo direto e indireto, regendo, no complemento indireto, a preposição “a”. Como o termo regido é iniciado pelo pronome demonstrativo “aqueles”, haverá a fusão entre a vogal inicial da forma pronominal e a preposição: “(...) quando se compara os dados em 2010 àqueles de 2005.”

Assim, o enunciado estaria integralmente correto da seguinte forma: Nota-se um decréscimo no número de mulheres que se declararam felizes quando se comparam os dados colhidos em 2010 àqueles de 2005.

Gabarito: Errado.

(CESPE/UnB-2012/Agente da Polícia Federal)

- 1 Dizem que Karl Marx descobriu o inconsciente três décadas antes de Freud. Se a afirmação não é rigorosamente exata, não deixa de fazer sentido, uma vez que Marx, em O Capital, no capítulo sobre o fetiche da mercadoria, estabelece dois parâmetros conceituais imprescindíveis para
- 5 explicar a transformação que o capitalismo produziu na subjetividade. São eles os conceitos de fetichismo e de alienação, ambos tributários da descoberta da mais-valia — ou do inconsciente, como queiram.

- A rigor, não há grande diferença entre o emprego dessas duas palavras na psicanálise e no materialismo histórico. Em Freud, o fetiche
- 10 organiza a gestão perversa do desejo sexual e, de forma menos evidente, de todo desejo humano; já a alienação não passa de efeito da divisão do sujeito, ou seja, da existência do inconsciente. Em Marx, o fetiche da mercadoria, fruto da expropriação alienada do trabalho, tem um papel decisivo na produção “inconsciente” da mais-valia. O sujeito das duas
- 15 teorias é um só: aquele que sofre e se indaga sobre a origem inconsciente de seus sintomas é o mesmo que desconhece, por efeito dessa mesma

inconsciência, que o poder encantatório das mercadorias é condição não de sua riqueza, mas de sua miséria material e espiritual. Se a sociedade em que vivemos se diz “de mercado”, é porque a mercadoria é o grande organizador do laço social.

Maria Rita Kehl. 18 crônicas e mais algumas.
São Paulo: Boitempo, 2011, p. 142 (com adaptações)

Com relação às ideias desenvolvidas no texto acima e a seus aspectos gramaticais, julgue o item subsequente.

20. Com correção gramatical, o período “A rigor (...) histórico” (linhas 8 e 9) poderia, sem se contrariar a ideia original do texto, ser assim reescrito: Caso se proceda com rigor, a análise desses conceitos, verifica-se que não existe diferenças entre eles.

Comentário: Embora as expressões “a rigor” e “em rigor” sejam de uso frequente no português contemporâneo, não são termos sinônimos, sendo importante fazer uma breve distinção entre elas.

A primeira é uma expressão idiomática que significa “de acordo com as exigências da ocasião”, “conforme as circunstâncias”. Segundo as lições de Luiz Antonio Sacconi, a expressão “a rigor” é copiada do francês “à la rigueur”:

“A expressão “ ‘a rigor’ é copiada do francês ‘à la rigueur’. Só devemos usar palavras, expressões, construções estrangeiras, quando absolutamente necessárias. Parece-nos que “em rigor” substitui a contento ‘a rigor’ ”. (Luiz Antonio Sacconi, “Não erre mais!”.)

Por sua vez, a locução adverbial “em rigor” geralmente precede explicações e/ou exposições de ideias exatas. Pode ser substituída pelo advérbio “rigorosamente” e apresenta o significado “proceder com rigor, exatidão”,

“estritamente”. O *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* Caldas Aulete registra somente a forma “em rigor”:

“ ‘Em rigor’ (loc. adv.), rigorosamente, conforme as exigências do assunto; no sentido estrito.”

Ex.: “Quem ignorando ofendeu, ‘em rigor’ (rigorosamente) não é delinquente.” (Pe. Antônio Vieira)

Voltando à questão da prova...

No enunciado da questão 1, o trecho “Caso se proceda com rigor” faz menção ao segmento “em rigor”, alterando a ideia original do texto.

Além disso, na reescrita proposta pelo examinador da banca, houve os seguintes erros: (i) a vírgula após a expressão “a rigor” está separando incorretamente o verbo “proceder” do complemento “a análise desses conceitos”; (ii) o verbo “existir” deveria ter sido flexionado no plural para concordar com o sujeito “diferenças”; e (iii) por fim, de regência, pois o verbo “proceder” foi empregado na acepção de “dar início”, devendo assumir transitividade indireta. Essa incorreção

também implicou omissão inadequada do acento grave indicativo de crase, uma vez que o termo regente “proceder” exige o emprego da preposição “a” e o termo regido “análise” admite a anteposição do artigo definido “a”.

Gabarito: Errado.

(CESPE/UnB-2012/Agente da Polícia Federal)

- 1 Imagine que um poder absoluto ou um texto sagrado declarem que quem roubar ou assaltar será enforcado (ou terá a mão cortada). Nesse caso, puxar a corda, afiar a faca ou assistir à execução seria simples, pois a responsabilidade moral do veredicto não estaria conosco. Nas sociedades
- 5 tradicionais, em que a punição é decidida por uma autoridade superior a todos, as execuções podem ser públicas: a coletividade festeja o soberano que se encarregou da justiça — que alívio!

- A coisa é mais complicada na modernidade, em que os cidadãos comuns (como você e eu) são a fonte de toda autoridade jurídica e moral.
- 10 Hoje, no mundo ocidental, se alguém é executado, o braço que mata é, em última instância, o dos cidadãos — o nosso. Mesmo que o condenado seja indiscutivelmente culpado, pairam mil dúvidas. Matar um condenado à morte não é mais uma festa, pois é difícil celebrar o triunfo de uma moral tecida de perplexidade. As execuções acontecem em lugares fechados,
- 15 diante de poucas testemunhas: há uma espécie de vergonha. Essa discricção é apresentada como um progresso: os povos civilizados não executam seus condenados nas praças. Mas o dito progresso é, de fato, um corolário da incerteza ética de nossa cultura.

- Reprimimos em nós desejos e fantasias que nos parecem ameaçar o
- 20 convívio social. Logo, frustrados, zelamos pela prisão daqueles que não se impõem as mesmas renúncias. Mas a coisa muda quando a pena é radical, pois há o risco de que a morte do culpado sirva para nos dar a ilusão de liquidar, com ela, o que há de pior em nós. Nesse caso, a execução do condenado é usada para limpar nossa alma. Em geral, a justiça sumária é
- 25 isto: uma pressa em suprimir desejos inconfessáveis de quem faz justiça. Como psicanalista, apenas gostaria que a morte dos culpados não servisse para exorcizar nossas piores fantasias — isso, sobretudo, porque o exorcismo seria ilusório. Contudo é possível que haja crimes hediondos nos quais não reconhecemos nada de nossos desejos reprimidos.

Contardo Calligaris. Terra de ninguém – 101 crônicas. São Paulo: Publifolha, 2004, p. 94-6 (com adaptações).

Com referência às ideias e aos aspectos linguísticos do texto acima, julgue o item 21.

21. Nas linhas 20 e 21, considerando-se a dupla regência do verbo impor e a presença do pronome “mesmas”, seria facultado o emprego do acento indicativo de crase na palavra “as” da expressão “as mesmas renúncias”.

Comentário: Segundo as lições de Celso Pedro Luft, na obra Dicionário Prático de Regência Verbal, editora Ática, pág. 326, o verbo “impor” pode ser:

a) transitivo direto: O chefe impunha respeito.

b) transitivo direto e indireto: Impuseram-lhe uma coroa de flores.

No contexto apresentado no enunciado, o verbo “impor”, constante do trecho “daqueles que não se impõem as mesmas renúncias”, assume transitividade direta e indireta (*impor-lhe algo* ou *impor algo a alguém*). Nesse trecho, as funções de complementos do aludido verbo são o pronome reflexivo “se” (objeto indireto, equivalente a “a si”) e a expressão “as mesmas renúncias” (objeto direto). No fragmento textual apontado, o pronome relativo “que” é sujeito da forma verbal “impõem”, retomando o pronome demonstrativo “daqueles”. Para facilitar a visualização, é possível transcrever o excerto na ordem direta (sujeito + verbo + complementos):

aqueles que (sujeito) não impõem (VTDI) as mesmas renúncias (OD) a si (OI).

Conforme a afirmação feita pelo examinador, com o emprego do acento grave indicativo de crase, o verbo “impor” passaria a apresentar dois objetos indiretos. Por essa razão, ao afirmar que o objeto direto pode ser transformado em objeto indireto, o item está errado.

Gabarito: Errado.

QUESTÕES COMENTADAS NA AULA

(CESPE/UnB-2011/EBC)

1 Kant inicia a exposição da ética, que ele chama
4 *metafísica dos costumes*, pela afirmação de que “toda
7 legislação” compreende duas partes: em primeiro lugar, “uma
lei que representa como objetivamente necessária a ação que
deve ser cumprida, isto é, que faz da ação um dever; e,
secundariamente, um motivo que liga subjetivamente à
representação da lei o princípio de determinação do
livre-arbitrio a essa ação” e acrescenta: “A segunda parte
equivale a dizer que a lei faz do dever um motivo”.

10 Pois bem, a legislação que faz de uma ação um dever
e, ao mesmo tempo, desse dever um motivo, é uma legislação
ética. O sujeito cumpre a lei por dever de consciência.
13 Diversamente, aquela que não liga o motivo à lei e, por
consequente, admite um outro motivo que não a lei do dever é
jurídica. “No tocante a esta última legislação”, observa
16 Kant, “vê-se facilmente que os motivos diferentes da ideia do
dever não de ser deduzidos de princípios patológicos de
determinação do livre-arbitrio, as inclinações e aversões, mais
19 destas do que daquelas, pois essa legislação deve ser coativa e
não atrativa.” Assim, os deveres decorrentes da legislação
jurídica são necessariamente exteriores, pois essa legislação,
22 para Kant, “não exige que a ideia do dever, que é interior, seja
por si mesma um princípio de determinação do livre-arbitrio do
sujeito ativo e, como ela necessita de motivos apropriados às
25 leis, ela só pode ligar a estas motivos exteriores”.

Dai a razão por que, segundo o filósofo, “a doutrina
do direito e a doutrina da virtude distinguem-se menos pela
28 diferença entre os deveres do que pela diferença de sua
legislação, que vincula um ou outro motivo à lei”. E
exemplifica: “Cumprir uma promessa contratual é um dever
31 exterior; mas o mandamento de agir unicamente porque se trata
de um dever, sem levar em conta outro motivo, diz respeito
apenas à legislação interior”.

Fabio Konder Comparato. Em que consiste o direito. In: Ética: direito, moral e religião
no mundo moderno. São Paulo: Cia. das Letras, 2005, p. 298-9 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto acima, julgue o item a seguir.

1. Em “que ele chama *metafísica dos costumes*” (L.1-2), o trecho em itálico, que exerce, na oração, a função de complemento verbal, deveria estar precedido da preposição **de**.

(CESPE/UnB-2011/IFB)

1 As benesses proporcionadas por um sistema
imunológico mais eficiente vão além do ataque mais agressivo
aos vírus e às bactérias. As últimas pesquisas da epidemiologia
4 do curso de vida, uma área relativamente nova da medicina,
têm argumentado que o surgimento de doenças infecciosas na
infância pode favorecer a ocorrência de distúrbios crônicos
7 degenerativos na vida adulta. A hipótese mais aceita é a de que,
mesmo quando curadas, as infecções deixam para trás
processos inflamatórios no nível molecular. Isso significa que,
10 por exemplo, depois de uma inflamação na garganta, podem
restar focos imperceptíveis de inflamação. A longo prazo, esses
resíduos inflamatórios podem migrar para outras áreas do
13 organismo, o que propicia o desencadeamento de doenças
como infarto e Parkinson. Tais resquícios de inflamação estão
diretamente ligados ao processo de envelhecimento, uma vez
16 que podem favorecer a liberação exagerada de moléculas
tóxicas, os radicais livres.

Natara Magalhães. *Im: Veja*, 10/11/2010 (com adaptações).

Com relação aos sentidos, aos aspectos gramaticais e à grafia de palavras do texto acima, julgue o item que se segue.

2. É possível a substituição de “aos” (L.3) por **a** sem prejuízo para a correção gramatical do trecho em questão.

(CESPE/UnB-2007/TRE-AP-Adaptada)

Com relação à correção gramatical dos períodos a seguir, julgue os itens abaixo.

3. O voto materializa às nossas concepções e maturidades é resultante do trato que queremos dar ao futuro da nação.

4. Cada vez mais os jovens são parte importante para à democracia e para à soberania nacional.

(CESPE/UnB-2011/Instituto Rio Branco)

Texto para as questões de 2 a 4

1 Ainda que se soubessem todas as palavras de cada
figura da Inconfidência, nem assim se poderia fazer com o
seu simples registro uma composição da arte. A obra de arte
4 não é feita de tudo — mas apenas de algumas coisas
essenciais. A busca desse essencial expressivo é que constitui
o trabalho do artista. Ele poderá dizer a mesma verdade do
7 historiador, porém de outra maneira. Seus caminhos são
outros, para atingir a comunicação. Há um problema de
palavras. Um problema de ritmos. Um problema de
10 composição. Grande parte de tudo isso se realiza, decerto,
sem inteira consciência do artista. É a decorrência natural da
sua constituição, da sua personalidade — por isso, tão difícil
13 se torna quase sempre a um criador explicar a própria
criação. No caso, porém, de um poema de mais objetividade,
como o Romanceiro, muitas coisas podem ser explicadas,
16 porque foram aprendidas, à proporção que ele se foi
compondo.

Digo “que ele se foi compondo” e não “que foi
19 sendo composto”, pois, na verdade, uma das coisas que pude
observar melhor que nunca, ao realizá-lo, foi a maneira por
que um tema encontra sozinho ou sozinho impõe seu ritmo,
22 sua sonoridade, seu desenvolvimento, sua medida.

O Romanceiro foi construído tão sem normas
preestabelecidas, tão à mercê de sua expressão natural que
25 cada poema procurou a forma condizente com sua
mensagem. A voz irreprimível dos fantasmas, que todos os
artistas conhecem, vibra, porém, com certa docilidade, e
28 submete-se à aprovação do poeta, como se realmente, a cada
instante, lhe pedisse para ajustar seu timbre à audição do
público. Porque há obras que existem apenas para o artista,
31 desinteressadas de transmissão; outras que exigem essa
transmissão e esperam que o artista se ponha a seu serviço,
para alcançá-la. O Romanceiro é desta segunda espécie.

34 Quatro anos de quase completa solidão — numa
renúncia total às mais sedutoras solicitações, entre livros de
toda espécie relativos ao especializadamente século 18 —
37 ainda pareceram curtos demais para uma obra que se
desejava o menos imperfeita possível, porque se impunha,
acima de tudo, o respeito por essas vozes que falavam, que se
40 confessavam, que exigiam, quase, o registro da sua história.

E era uma história feita de coisas eternas e
irredutíveis: de ouro, amor, liberdade, traições...

43 Mas porque esses grandiosos acontecimentos já
vinham preparados de tempos mais antigos e foram o
desfecho de um passado minuciosamente construído — era
46 preciso iluminar esses caminhos anteriores, seguir o rastro do
ouro que vai, a princípio como o fio de um colar, ligando
cenas e personagens, até transformar-se em pesada cadeia que
49 prende e imobiliza num destino doloroso.

Cecília Meireles. Como escrevi o Romanceiro da Inconfidência.
In: Romanceiro da Inconfidência. 3.ª ed., Rio de Janeiro:
Nova Fronteira, 2005, p. XVI-XVII (com adaptações).

5. Os vocábulos “decorrência” (l.11), “condizente” (l.25) e “irreprimível” (l.26) regem termos que lhes complementam, necessariamente, o sentido.

(CESPE/UnB-2011/Correios)

1 Cartão-postal brasileiro, o vasto litoral do Rio de
Janeiro, um patrimônio natural de 246 quilômetros de areias
pontilhado por montanhas, virou um caso emblemático de
4 regressão a estágios civilizacionais mais primitivos. Para se ter
uma ideia, 3.000 toneladas de lixo, só no mês de janeiro, foram
recolhidas das praias cariocas — guimbas de cigarro, palitos de
7 picolé, cocô de cachorro e restos de alimento. Empilhadas,
essas evidências de vida pouco inteligente lotariam cinco
piscinas olímpicas. Resume o historiador Marco Antonio Villa:
10 “Ao contrário do cidadão dos países desenvolvidos, o
brasileiro só vê como responsabilidade sua própria casa e não
nutre nenhum senso de dever sobre os espaços que compartilha
13 com os outros — um claro sinal de atraso”.

Idem, ibidem

No que se refere à estrutura gramatical do texto, julgue o item seguinte.

6. O emprego da preposição “com” (l. 13) é exigência sintática da forma verbal “compartilha”.

(CESPE/UnB-2008/TST)

1 Muitas coisas nos diferenciam dos outros animais,
mas nada é mais marcante do que a nossa capacidade de
trabalhar, de transformar o mundo segundo nossa
4 qualificação, nossa energia, nossa imaginação. Ainda assim,
para a grande maioria dos homens, o trabalho nada mais é do
que puro desgaste da vida. Na sociedade capitalista, a
7 produtividade do trabalho aumentou simultaneamente a tão
forte rotinização, apequenamento e embrutecimento do
processo de trabalho de forma que já não há nada que mais
10 nos desagrade do que trabalhar. Preferimos, a grande
maioria, fazer o que temos em comum com os outros
animais: comer, dormir, descansar, acasalar.

13 Nossa capacidade de trabalho, a potência humana de
transformação e emancipação de todos, ficou limitada a ser
apenas o nosso meio de ganhar pão. Capacidade, potência,
16 criação, o trabalho foi transformado pelo capital no seu
contrário. Tornou-se o instrumento de alienação no sentido
clássico da palavra: o ato de entregar ao outro o que é nosso,
19 nosso tempo de vida.

Emir Sader. *Trabalhem menos, trabalhem todos.*
In: *Correio Braziliense*, 18/11/2007 (com adaptações).

Julgue o seguinte item a respeito do texto acima.

7. A retirada da preposição em “de transformar” (L.3) violaria as regras de gramática da língua portuguesa, já que essa expressão complementa “capacidade” (L.2).

(CESPE/UnB-2006/TJ-SE)

- 1 O Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB),
seção de São Paulo, em parceria com o Colégio Notarial do
Brasil, também seção de São Paulo, e com o apoio da
4 Corregedoria-Geral da Justiça de São Paulo, congrega
esforços para promover e realizar seminários de direito
notarial e registral no estado, visando o aperfeiçoamento
7 técnico de notários e registradores e a reciclagem de
prepostos e profissionais que atuam na área. Os objetivos
perseguidos pelas entidades representativas de notários e
o registradores bandeirantes são o aperfeiçoamento dos
serviços, a harmonização de procedimentos, buscando
uma regulação uniforme nas atividades notariais e registrais.
- 3 O IRIB e o Colégio Notarial sentem-se orgulhosos
de poder contribuir com o desenvolvimento das atividades
notariais e registrais do estado.

Internet: <www.educartorio.com.br> (com adaptações).

Com base nas estruturas linguísticas do texto, julgue o item a seguir.

8. As passagens “o aperfeiçoamento técnico” (L.6-7) e “a reciclagem” (L.7) podem ser substituídas, respectivamente, no contexto, por **à qualificação técnica** e **ao aprimoramento**.

(CESPE/UnB-2006/DATAPREV)

- 1 Em numerosas reportagens de jornais e televisões,
temos lido que as emissoras de TV defendem a escolha do
padrão japonês de modulação da TV digital (ISDB), porque
4 este seria o único padrão que lhes permitiria fazer
transmissão para recepção móvel, usando a banda do
espectro eletromagnético reservada para o UHF. No caso do
7 padrão europeu (DVB), por exemplo, a transmissão para
recepção móvel teria de usar a banda reservada para a
telefonía celular, o que incluiria as empresas de telefonía
10 no núcleo central da operação de TV. Receosas dessa
concorrência, as emissoras, então, preferem a modulação
japonesa. Antes de prosseguir, algumas ressalvas:
- 13 ▶ o padrão de modulação brasileiro, desenvolvido pela
PUC-RS, conhecido como SORCER, também permite
a transmissão para recepção móvel. Portanto, mesmo
16 aceitando o argumento das emissoras, poderíamos
adotar uma modulação com tecnologia brasileira;
 - ▶ todos os padrões de modulação (japonês, europeu,
19 norte-americano e brasileiro, além do chinês, que está
em desenvolvimento) permitem transmitir em SDTV,
EDTV e HDTV, ou seja, para essa questão específica,
22 a escolha da modulação é indiferente;
 - ▶ igualmente, todos os padrões permitem que se
desenvolva uma série de serviços interativos, como
25 governo eletrônico, *e-learning*, *e-bank*, telemedicina etc.
Novamente, nessa questão específica, a escolha da
modulação é indiferente.

Gustavo Gindre, coordenador-geral do Instituto de Estudos e Projetos em Comunicação e Cultura (INDECS). Internet: <www.oppi.org.br> (com adaptações).

Julgue o item a seguir, a respeito das ideias e das estruturas linguísticas do texto.

9. Preservam-se o sentido e a correção gramatical, se for empregada a preposição **em** antes de “que” (l.4).

(CESPE/UnB-2011/Correios)

O Pe. Antônio Vieira foi submetido a residência forçada, em Coimbra, de fevereiro de 1663 até setembro de 1665 e, finalmente, preso pela Inquisição no dia 1.º de outubro. Publicou-se uma importante série de cartas escritas por ele nesse período, que se escalonaram com bastante regularidade de 17 de dezembro de 1663 a 28 de setembro de 1665.

Em cerca de trinta cartas que foram conservadas, encontram-se alusões mais ou menos desenvolvidas ao “tempo que faz”. Para apreciar o valor e o significado dessas indicações, é preciso entender as principais razões que levavam o padre a interessar-se pelo tempo. A principal era, sem dúvida, as repercussões que certos tipos de tempo tinham sobre a regularidade do funcionamento das comunicações, em especial a circulação das cartas e notícias. Sujeitado a residência forçada, Antônio Vieira ansiava pela chegada do correio, sobretudo o que provinha de Lisboa e da Corte, mas também dos outros lugares onde tinha amigos. Em certos períodos do ano, inquietava-se também pelas condições de navegação do Atlântico, perigosas para as frotas do Brasil e da Índia. Outra razão do seu interesse eram as repercussões do tempo sobre a própria saúde e a dos amigos, e sobre os rebates da peste. Enfim, não podia esquecer as campanhas militares que, a partir da primavera, decorriam então no Alentejo.

Convém não esquecer que as anotações climáticas nas cartas de Antônio Vieira podiam ter, às vezes, valor puramente metafórico. No ambiente de acesas intrigas palacianas que o Padre acompanhava a distância, ele deixa mais de uma vez transparecer o receio de que as cartas dele e dos seus correspondentes fossem abertas e lidas. Por isso, expressa-se muitas vezes por alusões e metáforas. Por exemplo, a de 20 julho, escrevia a D. Teodósio: “Em tempo de tanta tempestade, não é seguro navegar sem roteiro.” Tratava-se apenas, na realidade, de combinar o percurso para um encontro clandestino estival nas margens do Mondego. O contexto permite, quase sempre, desfazer as dúvidas.

Suzanne Daveau. Os tipos de tempo em Coimbra (dez. 1663 – set. 1665), nas cartas de Padre Antônio Vieira. In: Revista Finis terra, v. 32, n.º 64, Lisboa, 1997, p. 109-15. Internet: <www.ceg.ul.pt> (com adaptações).

A respeito do vocabulário e da estrutura linguística do texto, julgue o item a seguir.

10. O emprego do sinal indicativo de crase em “Sujeitado a residência forçada” (linha 11) manteria a correção gramatical do texto.

(CESPE/UnB-2011/Correios)

1 O transcorrer da história postal corresponde
à crescente transformação histórica do próprio país, razão pela
qual conhecer os principais fatos ligados à implementação e ao
4 aperfeiçoamento dos serviços postais fornece um panorama do
desenvolvimento histórico brasileiro.

Idem, ibidem

11. Emprega-se o sinal indicativo de crase em “corresponde à crescente transformação histórica” (l.1-2) porque:

- a) a expressão “história postal” (linha 1) exige complemento antecedido por artigo definido feminino.
- b) a forma verbal “corresponde” exige complemento regido da preposição “a”, e a expressão que a complementa é precedida do artigo definido “a”.
- c) a expressão “transformação histórica” deve ser imediatamente precedida da preposição “a”.
- d) a forma verbal “transcorrer” (linha 1) exige complemento regido da preposição “a”.
- e) a forma verbal “transcorrer” (linha 1) foi transformada em substantivo pela anteposição do artigo “O”.

(CESPE/UnB-2008/MPE-RR)

1. Maior oferta de biocombustíveis e alta dos preços dos alimentos é uma relação que tende a prosperar automaticamente até que algum elementar bom senso tome
2. conta do assunto. Nesse quadro, é até compreensível que políticos ameaçados por perda de popularidade, em qualquer canto do mundo, enveredem por caminhos e discursos bem
3. simplistas e batam seguidamente na tecla dos vínculos entre etanol e fome. Mais preocupante, no entanto, é a situação criada pelo relator da ONU para o direito à alimentação, Jean
4. Ziegler, que classificou os biocombustíveis como “um crime contra a humanidade”, garantindo que o mundo teria milhões e milhões de novos famintos pela escalada nos preços dos
5. alimentos que seriam usados para fazer funcionar os motores dos automóveis do mundo rico.

6. Ainda pior é a repetição desse sofisma em ambientes como o da Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) para América Latina e Caribe, realizada no Itamaraty, em
7. Brasília. A diplomacia brasileira reagiu com firmeza, apresentando números da redução do impacto ambiental e da produtividade da agricultura nacional em áreas não
8. destinadas à cana-de-açúcar.

Gazeta Mercantil, 16/4/2008 (com adaptações).

Com referência ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

12. Em “direito à alimentação” (L.9), o uso de sinal indicativo de crase é um recurso imprescindível para a compreensão do texto.

13. Na linha 22, o emprego do sinal indicativo de crase em “à cana-de-açúcar” justifica-se pela regência de “destinadas” e pela presença de artigo definido feminino singular.

(CESPE/UnB-2010/TRE-BA)

1 O voto, direito duramente conquistado, deve ser
considerado um dever cívico, sem o exercício do qual o direito
se descaracteriza ou se perde, afinal liberdade e democracia são
4 fins e não apenas meios. Quem vive em uma comunidade
política não pode estar desobrigado de opinar sobre os rumos
dela. Nada contra a desobediência civil, recurso legítimo para
7 o protesto cidadão, que, no caso eleitoral, se pode expressar no
voto nulo (cuja tecla deveria constar na máquina utilizada para
votação). Com o voto facultativo, o direito de votar e o de não
10 votar ficam inscritos, em pé de igualdade, no corpo legal. Uma
parte do eleitorado deixará voluntariamente de opinar sobre a
constituição do poder político. O desinteresse pela política e a
13 descrença no voto são registrados como mera “escolha”,
sequer como desobediência civil ou protesto. A consagração da
alienação política como um direito legal interessa aos
16 conservadores, reduz o peso da soberania popular e
desconstitui o sufrágio como universal.

Para o cidadão ativo, que, além de votar, se organiza
19 para garantir os direitos civis, políticos e sociais, o enfoque
é inteiramente outro. O tempo e o trabalho dedicados ao
acompanhamento continuado da política não se apresentam
22 como restritivos da liberdade individual. Pelo contrário, são
obrigações autoassumidas no esforço de construção e
aprofundamento da democracia e de vigília na defesa das
25 liberdades individuais e públicas. A ideia de que a democracia
se constrói nas lutas do dia a dia se contrapõe, na essência, ao
modelo liberal. O cidadão escolado na disputa política sabe
28 que a liberdade de não ir votar é uma armadilha. Para que o
sufrágio continue universal, para que todo poder emane do
povo e não, dos donos do poder econômico, o voto, além de ser
31 um direito, deve conservar a sua condição de dever cívico.

Léo Linco. Em defesa do voto obrigatório. Internet:
<www.correiocidadania.com.br/> (com adaptações).

Acerca das ideias e estruturas do texto acima, julgue o próximo item.

14. Ao se substituir o trecho “aos conservadores” (L. 15-16) por **à parcela conservadora da sociedade**, o uso do acento indicativo de crase será obrigatório.

(CESPE/UnB-2011/TJ-ES)

1 De acordo com MacIntyre (1983), os seres humanos
têm uma necessidade de autoconhecimento, que inclui as
possibilidades de relacionamento com outros seres humanos.
4 O estudo das formas conviviais é objeto da reflexão de homens
comuns e o objeto da teoria política. Como afirma MacIntyre,
o objetivo da teorização política é possibilitar aos seres
7 humanos o acesso a instrumentos que satisfaçam sua
necessidade de localizar a si mesmos no mundo, fazer sua
própria mensuração do mundo e conectar a sua moralidade à
10 natureza das coisas. A indispensabilidade da teoria política
viria dessa necessidade de autoconhecimento dos indivíduos.
É a observação que permite identificar novos temas, e estes têm
13 dado origem à teorização. Chegamos a um ponto em que a
evolução tecnológica torna mais complexa a organização social
do trabalho, e os indivíduos têm, cada vez mais, identidades
16 fragmentadas e uma dependência orgânica uns dos outros. De
acordo com essa nova formatação social, expande-se uma
lógica pluralista e multiplicam-se os interesses, os grupos de
19 pressão e a natureza das reivindicações ao Estado. Diversos
movimentos sociais impõem novos desafios ao fazer político.
Especialmente movimentos supranacionais, como o movimento
22 feminista e o movimento ambientalista, desencadeiam
processos de reterritorialização da política, mostrando novas
possibilidades vinculatórias, e alteram o coletivo significativo
25 para determinado tipo de institucionalização.

Alvino Rodrigues de Carvalho. *Movimentos culturais e justiça social: um estudo da cultura hip-hop mineira*. Internet: <www.bibliotecadigital.ufmg.br> (com adaptações).

Julgue o item que se segue, referente à organização das ideias e às estruturas linguísticas do texto acima.

15. Em “à natureza” (linhas 9-10), o emprego do sinal indicativo de crase indica que o verbo “conectar” (linha 9) está sendo utilizado com a preposição a, regendo um de seus complementos. Estaria igualmente correto e coerente o emprego, em vez da preposição a, da preposição com, não cabendo, nesse caso, o uso do acento indicativo de crase: com a natureza.

(CESPE/UnB-2011/Correios)

1 Que tipo de gente joga lixo na rua pela janela do carro
ou deixa a praia emporcalhada quando sai? Uma das respostas
corretas é: um tipo que está se tornando mais raro. Sim. A atual
4 geração de adultos foi criança em um tempo em que jogar
papel de bala ou caixa vazia de biscoitos pela janela do carro
quase nunca provocava uma bronca paterna. Foi adolescente
7 quando amassar o maço vazio de cigarros e chutá-lo para longe
não despertava, na audiência, nenhuma reação especial, além
de um “vai ser pena de pau assim na China”. Chegou à idade
10 adulta dando como certo que aquelas pessoas de macacão com
a sigla do serviço de limpeza urbana estampada nas costas
precisam trabalhar e, por isso, deve contribuir sujando as ruas.
13 Bem, isso mudou. O espírito do nosso tempo pode não impedir,
mas, pelo menos, não impele mais ninguém com algum grau de
conexão com o atual estágio civilizatório da humanidade a se
16 livrar de detritos em lugares públicos sem que isso tenha um
peso, uma consequência. É feio. É um ato que contraria a ideia
tão prevalente da sustentabilidade do planeta e da preciosidade
19 que são os mananciais de água limpa, as porções de terra não
contaminadas e as golfadas de ar puro. E, no entanto, as
pessoas ainda sujam, e muito, as cidades impunemente.

Veja, 9/3/2011, p. 72-3 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e aspectos linguísticos do texto, julgue o item seguinte.

16. No trecho “Chegou à idade” (linha 9), é facultativo o emprego do sinal indicativo de crase.

(CESPE/UnB-2010/INSS)

Fragmento de texto:

Da tomada para a estrada

1 Dois modelos de veículo de uma montadora italiana,
movidos a energia elétrica, já estão prontos para rodar.
Os protótipos foram desenvolvidos no Brasil pela empresa
4 Itaipu Binacional, com o objetivo de nacionalizar a
tecnologia de produção de carros elétricos. Basta colocá-los
na tomada por um período de oito horas para que eles
7 estejam aptos a rodar aproximadamente 120 km.
Os deslocamentos podem ser velozes, já que os veículos
conseguem atingir uma velocidade de até 130 km por hora.
10 O detalhe mais animador é que, para isso, se gasta de quatro
a cinco vezes menos do que se forem utilizados combustíveis
convencionais, como o álcool ou a gasolina.

Considerando o texto acima, julgue o item a seguir.

17. Sem prejuízo para a correção gramatical, o título da reportagem poderia ser **Da tomada à estrada**.

18. (CESPE/UnB-2013/TCE-ES/Auditor) O trecho “entre janeiro de 2005 e maio de 2006” poderia ser reescrito, sem prejuízo para o sentido original e a correção gramatical do texto, da seguinte forma: de janeiro de 2005 à maio de 2006.

(CESPE/UnB-2011/TCU/Auditor Federal de Controle Externo)



O item a seguir apresenta uma afirmação referente aos dados da pesquisa a que se refere o texto. Julgue-o quanto à correção gramatical e à conformidade com os dados apresentados.

19. Nota-se um decréscimo no número de mulheres que se declararam felizes quando se compara os dados colhidos em 2010 aqueles de 2005.

(CESPE/UnB-2012/Agente da Polícia Federal)

- 1 Dizem que Karl Marx descobriu o inconsciente três décadas antes de Freud. Se a afirmação não é rigorosamente exata, não deixa de fazer sentido, uma vez que Marx, em O Capital, no capítulo sobre o fetiche da mercadoria, estabelece dois parâmetros conceituais imprescindíveis para explicar a transformação que o capitalismo produziu na subjetividade. São eles os conceitos de fetichismo e de alienação, ambos tributários da descoberta da mais-valia — ou do inconsciente, como queiram.

- 5 A rigor, não há grande diferença entre o emprego dessas duas palavras na psicanálise e no materialismo histórico. Em Freud, o fetiche organiza a gestão perversa do desejo sexual e, de forma menos evidente, de todo desejo humano; já a alienação não passa de efeito da divisão do sujeito, ou seja, da existência do inconsciente. Em Marx, o fetiche da mercadoria, fruto da expropriação alienada do trabalho, tem um papel decisivo na produção "inconsciente" da mais-valia. O sujeito das duas

- 15 teorias é um só: aquele que sofre e se indaga sobre a origem inconsciente de seus sintomas é o mesmo que desconhece, por efeito dessa mesma inconsciência, que o poder encantatório das mercadorias é condição não de sua riqueza, mas de sua miséria material e espiritual. Se a sociedade em que vivemos se diz “de mercado”, é porque a mercadoria é o grande organizador do laço social.

Maria Rita Kehl. 18 crônicas e mais algumas. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 142 (com adaptações)

Com relação às ideias desenvolvidas no texto acima e a seus aspectos gramaticais, julgue o item subsequente.

20. Com correção gramatical, o período “A rigor (...) histórico” (linhas 8 e 9) poderia, sem se contrariar a ideia original do texto, ser assim reescrito: Caso se proceda com rigor, a análise desses conceitos, verifica-se que não existe diferenças entre eles.

(CESPE/UnB-2012/Agente da Polícia Federal)

- 1 Imagine que um poder absoluto ou um texto sagrado declarem que quem roubar ou assaltar será enforcado (ou terá a mão cortada). Nesse caso, puxar a corda, afiar a faca ou assistir à execução seria simples, pois a responsabilidade moral do veredicto não estaria conosco. Nas sociedades
- 5 tradicionais, em que a punição é decidida por uma autoridade superior a todos, as execuções podem ser públicas: a coletividade festeja o soberano que se encarregou da justiça — que alívio!
- A coisa é mais complicada na modernidade, em que os cidadãos comuns (como você e eu) são a fonte de toda autoridade jurídica e moral.
- 10 Hoje, no mundo ocidental, se alguém é executado, o braço que mata é, em última instância, o dos cidadãos — o nosso. Mesmo que o condenado seja indiscutivelmente culpado, pairam mil dúvidas. Matar um condenado à morte não é mais uma festa, pois é difícil celebrar o triunfo de uma moral tecida de perplexidade. As execuções acontecem em lugares fechados,
- 15 diante de poucas testemunhas: há uma espécie de vergonha. Essa discrição é apresentada como um progresso: os povos civilizados não executam seus condenados nas praças. Mas o dito progresso é, de fato, um corolário da incerteza ética de nossa cultura.
- Reprimimos em nós desejos e fantasias que nos parecem ameaçar o
- 20 convívio social. Logo, frustrados, zelamos pela prisão daqueles que não se impõem as mesmas renúncias. Mas a coisa muda quando a pena é radical, pois há o risco de que a morte do culpado sirva para nos dar a ilusão de liquidar, com ela, o que há de pior em nós. Nesse caso, a execução do condenado é usada para limpar nossa alma. Em geral, a justiça sumária é
- 25 isto: uma pressa em suprimir desejos inconfessáveis de quem faz justiça. Como psicanalista, apenas gostaria que a morte dos culpados não servisse para exorcizar nossas piores fantasias — isso, sobretudo, porque o exorcismo seria ilusório. Contudo é possível que haja crimes hediondos nos quais não reconhecemos nada de nossos desejos reprimidos.

Contardo Calligaris. Terra de ninguém – 101 crônicas. São Paulo: Publifolha, 2004, p. 94-6 (com adaptações).

Com referência às ideias e aos aspectos linguísticos do texto acima, julgue o item 21.

GABARITO

01. ERRADO	12. ERRADO
02. ERRADO	13. CERTO
03. ERRADO	14. CERTO
04. ERRADO	15. CERTO
05. ERRADO	16. ERRADO
06. CERTO	17. CERTO
07. ERRADO	18. ERRADO
08. CERTO	19. ERRADO
09. ERRADO	20. ERRADO
10. CERTO	21. ERRADO
11. B	

Ótimos estudos e até o próximo encontro!

Grande abraço!

Fabiano Sales.

fabianosales@estrategiaconcursos.com.br